



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Conferência	Nº: 0682/11	DATA: 03/06/2011
INÍCIO: 10h31min	TÉRMINO: 13h29min	DURAÇÃO: 02h57min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h57min	PÁGINAS: 54	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RODRIGO CHAMOUN – Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.
SÉRGIO ROGÉRIO DE CASTRO – Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo – FINDES.
MARCELO COELHO – Deputado Estadual.
SÉRGIO VIDIGAL – Prefeito do Município de Serra, Espírito Santo.
REINALDO BOLÃO – Presidente da Câmara Municipal de Vitória.
LUIZ DURÃO – Deputado Estadual.
DA VITÓRIA – Deputado Estadual.
JOSÉ MANOEL – Vereador de Bom Jesus do Norte.
ERASMO DAMASCENO SANTANA – Vice-Presidente da Associação de Bombeiros Militares do Espírito Santo.
CARLOS MARIANO AIRES – Representante da Executiva do PSDB de Vitória.
SIMEÃO DIAS DE CARVALHO – Vice-Prefeito de Ibatiba.
JOSÉ MILTON OLIVEIRA SANTOS – Vice-Presidente da CUT.
ENOQUE DE CASTRO – Diretor de Comunicação do Fórum Evangélico.
VANTREIN MARCEL – Vereador.
ROGÉRIO CRUZ SILVA – Ex-Prefeito de Iúna.
GRACELI ESTEVÃO SILVA – Vereadora de Aquílio Vivacqua.
EDMAR BERTOLDO REINHOLZ – Representante das comunidades pomerana e alemã.
JORGE MIGUEL PEREIRA – Representante da ONG Claridade.
NADIR LEAL ANÍSIO – Presidenta da União Nacional de Mulheres.
AUREDOR PIMENTEL – Vereador do Município de Serra, Espírito Santo.

SUMÁRIO: Debate sobre votação em lista fechada ou em lista; o financiamento público de campanha; o voto distrital ou distrital misto; a questão dos suplentes de Senadores e itens bastante polêmicos e que poderão alterar significativamente as futuras eleições no País.

OBSERVAÇÕES

Conferência Estadual da Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados realizada no Espírito Santo.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. APRESENTADOR (Sérgio Sarkis Filho) - Bom dia. Bem-vindos à Conferência Estadual da Comissão de Reforma Política da Câmara Federal.

Intitulada Reforma Política Já, este evento será a oportunidade de abordarmos alguns temas que estão sendo discutidos em Brasília, tais como a votação em lista fechada ou em lista; o financiamento público de campanha; o voto distrital ou distrital misto; a questão dos suplentes de Senadores e outros itens bastante polêmicos e que poderão alterar significativamente as futuras eleições no País.

São convidados para compor a Mesa o Vice-Presidente da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara Federal, Deputado Federal William Dib, do PSDB de São Paulo, e a membro titular da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara Federal e proponente desta conferência, a Deputada Federal Sueli Vidigal. *(Palmas.)*

Também é convidado a compor a Mesa o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Deputado Estadual Rodrigo Chamoun. *(Palmas.)*

É importante ressaltar que o roteiro deste cerimonial foi preparado pelo Cerimonial da Câmara dos Deputados.

Também são convidados para compor a Mesa a Senadora da República Ana Rita e os Deputados Federais Paulo Foletto e Cesar Colnago. *(Palmas.)*

Representando o Governo do Estado do Espírito Santo, convido a compor a Mesa o Líder do Governo na Assembleia Legislativa, o Deputado Estadual Marcelo Coelho. *(Palmas.)*

Representando o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, o Procurador de Justiça, Dr. Josemar Moreira. *(Palmas.)*

Representando todos os Vereadores presentes, o Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Vereador Reinaldo Bolão. *(Palmas.)*

Representando a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, o Vice-Presidente da FINDES e Senador Suplente Sérgio Rogério de Castro. *(Palmas.)*

Estando composta a Mesa, neste momento solicitamos a todos, por imposição de respeito, que ouçam, de pé, a execução do Hino Nacional.



(É executado o Hino Nacional.)

O SR. APRESENTADOR (Sérgio Sarkis Filho) - É convidado para compor a Mesa o representante da AMUNES, o Prefeito da cidade de Serra, Sérgio Vidigal. *(Palmas.)*

Também são convidados para compor a Mesa os Deputados Luiz Durão e Da Vitória. *(Palmas.)*

Anunciamos e agradecemos as seguintes presenças: Subsecretário de Estado da Justiça, Marcelo Ferraz Goggi; Vice-Prefeita de Serra, Madalena Santana; Vice-Prefeito de Ibatiba, Simião Dias de Carvalho; Pastor Oscar Domingos de Moura, Presidente da CADEESO; Pastor Enoque de Castro Pereira, Diretor de Comunicação do Fórum Político Evangélico; Presidente Estadual do Partido Verde, Sidnéia Fontana; Carlos César dos Santos Lindoso, Presidente do PDT da cidade de Serra; e Leandro Machado, Presidente do SINDILEGIS.

Para abertura oficial desta Conferência, fará uso da palavra neste momento a membro titular da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara Federal e proponente desta Conferência, a Deputada Federal Sueli Vidigal. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sueli Vidigal) - Bom dia a todos.

Quero dizer que hoje, para o meu coração, é um dia extremamente especial porque estou na tribuna onde tive a oportunidade de começar meus primeiros passos na política. Portanto, estou neste plenário na presença de meus hoje companheiros Deputados Federais, que também foram Deputados Estaduais comigo, experimentando uma grande alegria no coração.

Quero saudar todos. Sejam bem-vindos.

Como único membro da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara Federal presente, tive o privilégio de trazer ao Espírito Santo este debate tão importante que ocorrerá, através da interação com os movimentos sociais que estão participando conosco deste momento histórico para o Estado.

Hoje, na verdade, temos a oportunidade de compartilhar com tantas pessoas que estão aqui, convidados e atores efetivamente envolvidos nesse processo político.

Quero saudar a sociedade civil organizada, através dos movimentos sociais que se fazem presentes, os Vereadores, os presidentes de partido; quero saudar



todos os movimentos sociais do Estado do Espírito Santo. Eu gostaria de saber se o cerimonial inseriu aqui os nomes para que eu possa registrar carinhosamente a presença de cada um.

Eu vou começar saudando a Mesa, e o faço em nome do meu colega, Deputado Federal, que hoje vai presidir os trabalhos, Vice-Presidente da Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados, que está aqui hoje para compartilhar deste momento tão especial para o Espírito Santo. Quero fazer uma saudação muito especial ao meu companheiro Deputado William Dib. *(Palmas.)* Também saúdo e agradeço a participação do Presidente desta Casa, Rodrigo Chamoun, que tão gentilmente cedeu o espaço e está conosco nesta interlocução, neste debate tão enriquecedor para o Estado do Espírito Santo. *(Palmas.)* Saúdo com muita alegria, e não estou fazendo de forma ordenada, a Senadora Ana Rita, que está aqui também conosco, neste momento especial, entendendo realmente a importância desta participação efetiva aqui na Assembleia Legislativa. *(Palmas.)* Saúdo o Deputado Federal Paulo Foletto, Deputado que também já deixou a sua marca registrada aqui nesta Casa e exerce um papel importante. O Espírito Santo, quando manda o Deputado Paulo Foletto para aquela Casa, o faz com responsabilidade, com certeza de que ele está cumprindo o seu papel com responsabilidade, com transparência, com ética lá na Câmara dos Deputados. Eu agradeço a sua presença. *(Palmas.)* Da mesma forma, falo do Deputado Cesar Colnago, que também foi Deputado Estadual aqui comigo e tão bem presidiu esta Casa, num momento em que o Espírito Santo vivia muitas dificuldades, muitas atribulações. O Deputado Cesar Colnago, da mesma forma, foi encaminhado para a Câmara dos Deputados para engrossar as fileiras dos homens e mulheres de bem do Estado do Espírito Santo que querem realmente reformar a história política deste País. *(Palmas.)* Quero saudar o Líder do Governo aqui na Assembleia, representando o Governo do Estado, meu companheiro pedetista, Deputado Estadual Marcelo Coelho, que também abrilhanta este evento. *(Palmas.)* Compondo a Mesa, em nome da Câmara Municipal de Vitória, representando todos os Vereadores, o Vereador Reinaldo Bolão. Obrigada pela sua presença. *(Palmas.)* Representando a FINDES, o nosso também pedetista, Vice-Presidente e Senador suplente, Sérgio Rogério de Castro. *(Palmas.)* Os nossos dois Deputados também



pedetistas, Luiz Durão, lá de Linhares, que também está fazendo um brilhante aqui nesta Casa, e Da Vitória, que está fazendo um bom trabalho, haja vista que o Espírito Santo o reconduziu a esta Casa. Quero saudar o Prefeito Sérgio Vidigal por estar representando a AMUNES, representando os Prefeitos, em função de o Prefeito Gilson Amaro ter se atrasado e informado da sua impossibilidade de estar aqui neste evento especial. *(Palmas.)*

Bom, este é um momento tão somente de satisfação, de alegria. Acho que o Espírito Santo também comunga, por intermédio da sociedade civil organizada, dos movimentos que estão aqui presentes, desse mesmo propósito. Esse requerimento, que eu, Deputada Federal da Comissão de Reforma Política, trouxe para o Espírito Santo este debate é a oportunidade que a sociedade capixaba terá de apresentar as suas sugestões a temas importantes e relevantes que estão em alta no País, em alta na questão da reforma política. Essa é uma oportunidade ímpar que o Espírito Santo está experimentando. Tivemos essa deferência por conta deste requerimento. Todos os outros Estados da Federação gostariam de ter este debate com a Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados.

Quero dar boas-vindas a todos. Nesta audiência vai ser extremamente importante a participação de todos. Agradeço a presença maciça a todos que estão aqui nesta manhã para um trabalho extremamente fundamental para o Estado do Espírito Santo e para o nosso País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. APRESENTADOR (Sérgio Sarkis Filho) - Agradecemos a presença ao Vice-Presidente da CUT do Espírito, José Nilton Oliveira Santos.

Neste momento, o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Federal William Dib, fará uso da palavra e conduzirá os trabalhos desta Conferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Bom dia, senhoras e senhores.

É uma alegria estar aqui em Vitória do Espírito Santo, representando a Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados, em nome do Presidente, Deputado Almeida Lima, e em nome do Relator, Deputado Henrique Fontana.

Eu gostaria de dizer da importância deste encontro e que vamos ouvir o povo capixaba, as suas lideranças, as suas organizações sociais.



Entendemos que precisamos avançar na democracia do Brasil, que precisamos avançar e melhorar no nosso sistema político-eleitoral e na formação dos partidos.

Vou dizer só isso, pois teremos outras interferências.

Passo a palavra ao nosso anfitrião, o Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Deputado Estadual Rodrigo Chamoun.

O SR. RODRIGO CHAMOUN - Bom dia a todos.

Eu queria saudar o nosso Vice-Presidente da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados, Deputado William Dib, que precisa ter coração forte para coordenar um debate como este, porque é um debate quente, exigido pela população brasileira. Nós o conhecemos nesta manhã, num café da manhã no TRE. O nosso Deputado Federal William Dib é cardiologista, foi Prefeito de São Bernardo do Campo por duas vezes, então, precisa cuidar bem do coração para segurar este debate, que é exigido pelo povo brasileiro. Quero saudá-lo e sugerir que S.Exa. e sua esposa, que estão conhecendo o Espírito Santo, saboreiem a nossa moqueca, que é o nosso prato principal, e que sairão daqui com uma boa impressão do povo capixaba e com boas contribuições deste debate.

Quero saudar a Senadora Ana Rita, que é membro titular da Comissão do Senado que trata da mesma reforma; os Deputados Federais Paulo Foletto e Cesar Colnago, que têm debatido amplamente, em vários encontros no Espírito Santo, o tema reforma política; o Líder do Governo, Deputado Marcelo Coelho, que representa o Governador Renato Casagrande; o Deputado Luiz Durão; o Deputado Da Vitória; o Prefeito Sérgio Vidigal; o Presidente da Câmara, Reinaldo Bolão, e demais lideranças.

Por que fazer a reforma política? Escutei esta frase de um popular, de uma pessoa simples em Guarapari, Foletto, naquele debate que nós fizemos na Faculdade de Direito. Um líder comunitário perguntou: "*Por que vocês estão querendo reformar o sistema político?*" Aí me veio na cabeça que precisávamos deixar claro o porquê de reformar. Não é bom o nosso sistema político eleitoral? Pela idade da democracia brasileira, o nosso sistema é bom. O nosso sistema produziu um sociólogo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que teve lá a sua história à frente da Presidência; o nosso sistema produziu o primeiro



operário que virou um líder mundial, Lula, que ficou 8 anos e saiu amado pelo povo brasileiro; o nosso sistema produziu a Presidente Dilma, que lutou, lá atrás, contra a ditadura, foi à luta literal contra a ditadura e hoje lidera esta enorme Nação; mas o nosso sistema também produziu muita decepção ao povo brasileiro.

Como Parlamentar — e aqui falo pelos nobres colegas Deputados Luiz Durão e Da Vitória —, não posso deixar de fazer uma reflexão sobre os desafios da democracia. A democracia deve ser defendida por nós como a grande arte de convivência civilizatória, que vem buscando o aperfeiçoamento ao longo de 2.500 anos. Surgiu no século V a.C., defendida por filósofos.

Vejam como é este debate: já se passaram 2.500 anos de debate em cima da democracia, e ela ainda precisa andar para frente. E é isso que estamos fazendo aqui, Senadora Ana Rita.

Não podemos subestimar os sinais que o povo brasileiro vem dando, os sinais de fadiga, de fadiga do sistema desequilibrado, de fadiga do sistema que fragiliza partidos, de fadiga de um sistema que não permite uma justa disputa entre candidato pobre e candidato rico, de fadiga num sistema que faz o eleitor votar num Deputado Federal, num Senador, num Deputado Estadual num mês, e 3 meses depois 60% desses eleitores já não lembram mais em quem votaram. Se eles não lembram mais em quem votaram, imaginem se irão fiscalizar o cumprimento dos nossos mandatos! Não fiscalizando o cumprimento dos nossos mandatos, fragilizam uma das pernas principais da democracia que é o Parlamento, que, aliás, Prefeito Sérgio, vem sendo fragilizado.

Parece que há um descompasso entre os poderes, e os sinais também são claros. Há o Poder Executivo muito forte, um Parlamento frágil, a Justiça legislando no lugar do Congresso, que é o novo termo que foi criado recentemente: a judicialização da política.

Quero saudar o Macaciel Breda, Presidente Estadual do PSB, ao saudar todas as lideranças partidárias.

Então, está na hora, Presidente Macaciel, e não pode passar deste ano, do início robusto desta discussão. Não acredito que vai se esgotar este ano, mas está na hora de darmos as nossas posições claras e firmes compreendendo os sinais da população, os sinais das instituições, que são claros, de fadiga ao sistema.



Muitos temas são abordados. O nosso Deputado Federal disse-nos no TRE que há um movimento de busca de consenso sobre os temas no Congresso, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. Vários temas são abordados.

Disse ao Deputado que li um artigo do saudoso desembargador Feu Rosa, pai do Pedro Valls Feu Rosa, sobre a defesa do voto distrital, Deputada Sueli, de 1997. Parece que aquele artigo foi publicado ontem, de tão contemporâneo que é. Todo mundo concorda que o País não pode mais se subjugar a eleições de 2 em 2 anos. Isso quebra ritmo de Governo Municipal, de Governo Estadual, de Governo Federal, quebra o ritmo e a concentração dos nossos mandatos. Seria hipocrisia algum político que tem ou não mandato, dizer que hoje, que não é ano eleitoral, não existe divisão do seu tempo com a disputa do ano eleitoral do ano que vem. Dividimos o nosso tempo com exercício de mandato, com exercício de Governo, mas somos obrigados, pelo calendário eleitoral legal, pela circunstâncias a nos concentrar na disputa do ano que vem. Quem perde com isso? Quem perde com isso, tenham a certeza, é a população.

Então, há consenso de coincidir as eleições, chamar de eleição geral, de Vereador a Presidente da República, de 4 em 4 anos. Dou alguns exemplos e opiniões pessoais, e não posso deixar de dá-las aqui, porque a audiência pública é para isso mesmo. O que a nossa Comissão do Congresso quer é sair do Espírito Santo com alguma ideia do que pensam os capixabas, as lideranças políticas e comunitárias — está aqui a Sidnéia Fontana, Presidente do PV.

Sr. Presidente, precisamos ter posições claras, dar contribuição ao debate que certamente a nossa Comissão da Câmara dos Deputados irá levar sobre o que pensamos do financiamento público, do sistema, se é voto distrital misto, se é voto distrital, se é o distritão, se é fim ou continuação das coligações nas eleições proporcionais; se nós capixabas concordamos com a lista fechada ou com a lista aberta. Então, este debate é muito rico. Costumo dizer que a reforma política é mãe de todas as reformas.

Eu tenho uma frustração. No ano passado, eu fui Presidente da Frente Parlamentar da Reforma Política na Assembleia. Claro que não cabe a Deputado Estadual reformar o sistema eleitoral, mas nós queríamos dar uma contribuição de textos, de ideias, de posições aos nossos partidos para debater no Congresso. Não



obteve eco. Não sei se não conseguimos nos mobilizar ou se não era agenda dos capixabas e do País. A impressão que eu tenho, do ano passado para cá, é que virou agenda: está na imprensa, está na pauta. A Presidente Dilma assumiu compromisso de fazer um esforço para reformar o nosso sistema político eleitoral. Está tão na pauta, que, já na semana que vem, o TRE capixaba, coordenado pelo Presidente Pedro Valls Feu Rosa, provocou um grande debate no dia 15, 16 e 17 próximos, com nomes e referências nacionais, para que do Espírito Santo saia uma carta com propostas acerca da reforma eleitoral — aí não é política.

Esses sinais de fadiga da população, das instituições e do debate que está fervendo mostram que parece que chegamos na hora correta para o Brasil avançar e melhorar o seu sistema político eleitoral.

Muito obrigado, Deputada Federal Sueli Vidigal, por ter convocado e solicitado esta audiência para a nossa Assembleia. A nossa Assembleia quer virar uma referência em debate de políticas públicas. Esse evento de hoje, sem dúvida alguma, engrandece o nosso Poder.

Muito obrigado e que tenhamos aqui hoje um bom debate! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Passo a palavra agora à representante do Senado, que também está fazendo uma proposta de reforma política, parabenizando-a pela sua importância como representante da Comissão de Reforma Política do Senado.

Passo a palavra à Senadora da República Ana Rita.

A SRA. SENADORA ANA RITA - Bom dia a todos e todas. Quero fazer uma saudação especial à Mesa, começando pelo Deputado Federal William Dib, a quem, com muita satisfação, nós acolhemos aqui no Estado do Espírito. Sou daqui também, Deputado, e é muito bom ter a Comissão Especial da Reforma Política, representada aqui também por V.Exa., nesta manhã.

Quero saudar, com muita alegria, a nossa Deputada Sueli Vidigal (*palmas*), que é uma das proponentes deste momento — parabéns, Deputada Sueli Vidigal; o nosso Deputado, Presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Chamoun; os demais Deputados Estaduais aqui presentes; e os Deputados Federais Marcelo Coelho, Paulo Foletto, Cesar Colnago, Da Vitória, Luiz Durão. Também quero saudar, com muita satisfação, o Presidente da Câmara de Vitória, o Vereador



Reinaldo Bolão; o Vice-Presidente da FINDES e Suplente de Senador, Sr. Sérgio Rogério de Castro; e o Prefeito da Serra, Sérgio Vidigal. (*Palmas.*)

Acho que consegui registrar a presença de todos que estão aqui à Mesa e saudar, de uma maneira bastante especial, todos vocês que aqui estão, que atenderam ao convite da Comissão da Câmara Federal para esse importante momento. Quero apenas registrar aqui a fala do nosso Presidente da Assembleia Legislativa, que já me contemplou bastante e já conseguiu destacar muito bem qual é o espírito da reforma política. Parabéns, Deputado. Acho que o caminho é esse, o espírito é esse. Nós precisamos, de fato, aprofundar o sentido da democracia brasileira. Esse é o momento importante em que as duas Casas — Câmara dos Deputados e Senado Federal — estão se empenhando para poder fazer essa reforma. Na verdade, para fazer, de fato, uma reforma política, o ideal seria se nós tivéssemos um Congresso Constituinte, que pudesse fazer de fato um debate profundo sobre a reforma política. Mas não foi possível termos um Congresso Constituinte. Mas quero dizer que nós estamos hoje com duas Comissões, uma na Câmara e outra no Senado. Duas Comissões importantes, mas também com tempos de trabalho diferentes. O Senado compôs uma Comissão com prazo de 45 dias para fazer o debate, um prazo extremamente pequeno, insuficiente, para que nós pudéssemos fazer de fato um debate com a participação da sociedade. Mesmo assim, tomamos a iniciativa de realizar algumas atividades, pelo menos aqui no Estado do Espírito Santo, e outros Parlamentares, em outros Estados, para que pudéssemos colher um pouco de informações e opiniões da sociedade, através dos movimentos sociais, dos partidos políticos e das entidades organizadas.

Foram três momentos de importante debate. Inicialmente, foram feitos aqui: um nesta Assembleia, o outro, na Universidade Federal do Espírito Santo, e o terceiro, no Colégio Agostiniano, de Vitória. Hoje, a sociedade, Deputado Rodrigo Chamoun, está nos convidando para fazer esse debate em outras cidades. Então, desse espírito realmente a nossa sociedade, a população e as entidades estão conseguindo se apropriar, e querem oferecer as suas contribuições e também ouvir dos Parlamentares as suas opiniões

Mas o que quero dizer de fato é que o Senado já concluiu os seus trabalhos. Já fizemos todas as discussões no que competia à Comissão realizar; já foram



elaborados os projetos de lei e os projetos de emenda constitucional. Neste momento tudo isso já está na Comissão de Constituição e Justiça para ser avaliado, debatido e apreciado. E assim que forem concluídos os trabalhos a matéria será encaminhada para o plenário.

A intenção do Presidente da Comissão de Justiça do Senado é concluir todo esse trabalho, inclusive a votação em plenário, até o final deste semestre, para que possamos encaminhar essa matéria para a Câmara dos Deputados, ainda no final deste primeiro semestre, para ser avaliada e debatida a partir do início do segundo semestre.

Mas a Câmara dos Deputados tem uma vantagem maior: tem um tempo de 180 dias para concluir os seus trabalhos. Então, acredito que, com o trabalho realizado pela Câmara dos Deputados, com certeza, poderemos ter um tempo maior de debate com a sociedade.

Portanto, quero dizer que este momento aqui, hoje, é extremamente importante. Por isso quero, mais uma vez, parabenizar a Comissão da Câmara dos Deputados, aqui representada pela Deputada Sueli, que fez o requerimento, pela iniciativa de hoje. Este é um debate que precisa ser feito. Precisamos nos apropriar dos conceitos que a reforma nos traz, da importância desta reforma, quais são as suas possibilidades, mas também quais são os seus limites neste momento.

Então, quero saudar todos vocês e desejar um bom trabalho na manhã de hoje. Parabéns e um bom debate para todos nós!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Agora, para transformarmos a nossa conversa em debate, vamos limitar o tempo dos oradores em 5 minutos. V.Exas. poderão retomar a palavra após todo mundo falar. Dessa forma, faremos uma dinâmica melhor.

Passo a palavra ao Deputado Federal Cesar Colnago *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Bom dia a todos e todas. Para economizar tempo, eu queria cumprimentar o meu amigo Dib e a sua esposa, e agradecer muito a presença de todos aqui em nossa terra. O Dib é médico, Deputado Federal pelo PSDB de São Paulo e tem uma convivência extremamente



saudável, sempre muito simpático e muito agradável na nossa bancada e — por que não dizer? — em toda a Câmara Federal.

Queria parabenizar a nossa Deputada Sueli pela iniciativa brilhante (*palmas*); cumprimentar o Sérgio, os Prefeitos aqui presentes, a bancada federal, os colegas Paulo Foletto e a nossa Senadora; e, na figura do nosso Presidente, cumprimentar o Chamoun e todos os Deputados Estaduais, pois é um prazer revê-los, principalmente o nosso Da Vitória, que aniversariou ontem. (*Palmas.*) Parabéns a ele e a todos os Deputados!

Queria cumprimentar o Pastor Oscar de Moura. Acho que a presença das igrejas e da sociedade aqui é muito importante. Estou vendo gente do interior do Estado, uma galera grande de Afonso Cláudio, mas também de Ibatiba, gente de todo o Estado participando.

Deputado Dib, mais à frente, V.Exa. deve falar um pouquinho da dinâmica da Comissão, mas eu queria falar de duas ou três iniciativas importantes que ainda estamos trabalhando para apresentá-las.

Sempre que acaba uma eleição, a população tem a expectativa de que essas regras sejam melhoradas. Na verdade, a democracia é isso, é um contínuo aperfeiçoamento. Não existe uma democracia pronta, ainda mais a nossa que é relativamente nova, para não dizer novíssima.

Então, acho que este debate é importante para que a reforma realmente consiga atingir alguns objetivos. Nós, que estivemos na agricultura e viemos do interior, sabemos, por exemplo, que se se fizer umas três ou quatro iniciativas, no máximo, que consigam drenar toda aquela água e dar um circuito dentro de uma vala, consegue-se ordenar o processo político brasileiro. Eu acho que algumas coisas são fundamentais, e passam evidentemente por discussões, pois os partidos têm opiniões, às vezes, nem tão convergentes. É o caso de questões como fidelidade partidária, coligação, cláusulas de barreiras, voto distrital — o meu partido defende muito o distrital —, lista fechada ou aberta, sobre a qual o PT tem uma posição mais fechada, e financiamento de campanha.

Quer dizer, são temas importantes que apresentam diferença e que eu espero, sabe Dib, que a Comissão consiga buscar a convergência, pelo menos naquilo que o nosso ex-Deputado da Bahia falava, num encontro nosso, ou seja, que



três ou quatro situações podem ir adequando e ordenando o sistema, principalmente o eleitoral; o político é um pouco mais complexo, um pouco mais lento.

Mas eu queria falar de algumas iniciativas. Primeiro, é que estou colhendo assinaturas a partir desta semana, porque acabei de elaborar uma PEC, referente ao art. 15 da Constituição. Nos casos em que se dá a suspensão dos direitos políticos, que a ficha limpa possa entrar, lá nos partidos políticos, nas suas leis orgânicas, por obrigação constitucional. É nós pedimos a transformação porque os partidos não o fazem, nós não o fazemos. Então, para que essa coisa tome uma dimensão ética e moral diferente, a partir da discussão dos candidatos lá na base partidária.

Não esperem que o TRE, o TSE vá julgar. Os partidos podem começar a fazer uma depuração na sua filiação e na sua lista de candidaturas.

A outra iniciativa — são duas — é que eu sou a favor do financiamento privado, como é hoje, e não público. Mas que seja como na Alemanha. Lá o recurso vai para o partido e o partido faz a partilha desse recurso, de forma que ele se entenda melhor. Eu estou fazendo uma proposta já mais detalhada: parte desses recursos devem ser igualitário para os candidatos; e outra parte, a direção partidária, evidentemente, vai colocar naqueles candidatos com mais chance de ganhar. (*Palmas.*) Mas que dê condições a todos de terem recursos. Porém, que não seja recurso da população, que já paga muito imposto e muitas vezes não tem recurso para se alimentar. Como é que vai sustentar campanha eleitoral?

A terceira é que o programa eleitoral de televisão saia do *marketing*. Só existe *marketing* hoje em dia, e muita mentira. Que nós façamos debate no horário eleitoral. Estou definindo isso com a nossa assessoria a fim de mudar o programa de televisão. Não mudaria o rádio, e se faria uma coisa mais presente do debate, do contraditório e da colocação dos candidatos a prefeitos. Isso evidentemente para as candidaturas majoritárias, não para as proporcionais.

Porque, o que nós vemos? Primeiro eu quero falar de um colega paulista, o Luiz Fernando, que fez uma proposta que eu achei fantástica. Eu sou coautor dessa proposta. Ele fez o projeto de uma PEC que eu acho espetacular, segundo a qual o Presidente da República, o Governador do Distrito Federal e os Prefeitos que deixarem de cumprir... Durante o processo eleitoral, na campanha, os candidatos



vão fazer o registro daquilo que vão debater, e incluir nos seus programas no debate eleitoral. Isso é obrigado a ir para um plano de metas. Se não for cumprido — aí entra a proposta dele, que muda uma lei de 1950 —, se não encaminhar ao Congresso Nacional, sem justificção, no prazo de 90 dias da posse, o programa de meta da sua gestão, elaborado de acordo com as propostas defendidas, ele se torna inelegível.

E ele altera também uma lei complementar em que o Prefeito encaminhará à Câmara dos Deputados, até 120 dias, o plano de meta da sua gestão, elaborado de acordo com as propostas defendidas na campanha e registrada na Justiça Eleitoral.

Essa PEC, feita por Luiz Fernando, de Jundiá, eu a chamo de PEC de responsabilidade eleitoral. Falo mais: é a PEC da “mentira nunca mais”. As pessoas têm que parar de falar mentira em campanha eleitoral, iludindo a população, a boa-fé da população, sabendo que não vai cumprir e, depois, não acontece nada.

O candidato vai se tornar inelegível, vai perder os direitos políticos para não contar mentira. (*Palmas.*) Faço essa entrega. Esta já está protocolada. Jutahy Junior é o Relator na CCJ. Quanto aos dois projetos de lei, vou pedir ao Presidente — sou Vice-Presidente da CCJ — para relatar esses dois projetos de lei do Luiz Fernando.

A PEC que estou apresentando agora, Sr. Presidente, que vai começar a tramitar, é exatamente essa em que a ficha limpa vem para a Lei Orgânica dos Partidos, para que eles façam a seleção e não coloquem pessoas condenadas, corruptas, pessoas que não têm condição alguma moral e ética de representar ninguém, para ser candidato ao que for: Vereador, Deputado Federal, Senador, Governador, Presidente da República.

Passo agora ao nosso Presidente William Dib essa proposta, que ainda vou protocolar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Obrigado amigo César Colnago, Deputado Federal.

Antes de passar a palavra ao Deputado Paulo Foletto, eu quero abrir as inscrições, para quem quiser fazer perguntas. Procurem aqui a secretária.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Foletto.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Bom dia a todos. Quero cumprimentar o nosso companheiro, que hoje é Deputado Federal pelo PSDB, mas



foi eleito pelo PSB. Ele é um exemplo para nós na Câmara Federal. Está ajudando a conduzir esta Comissão e nos prestigia hoje com a sua presença aqui no Estado. Junto com ele a Deputada Sueli, que num esforço pessoal, trouxe a caravana que está fazendo uma peregrinação pelo Brasil, a caravana da reforma política. Na fase inicial o Espírito Santo estava fora da lista dos Estados que seriam visitados, e a Deputada Sueli, marcando a presença capixaba, está trazendo a Comissão aqui para discutir com a nossa população. Meus cumprimentos a toda a Mesa. Considero-me bastante feliz.

Ontem à noite, na cidade de Colatina, fizemos uma discussão. Eu fui convidado pelo Deputado Da Vitória, para numa reunião partidária, conversar sobre a reforma política. Ficamos surpresos, porque havia mais ou menos 190 pessoas, numa noite de quinta-feira, dia de trabalho, uma reunião convocada para às 19 horas! Sair do serviço e para essa reunião! Alguns até passaram em casa, mas outros não. Certo é que conseguimos reunir 190 pessoas, e hoje vemos esta movimentação de muita gente. Tem gente do interior do Estado, lideranças da região metropolitana que estão interessadas no tema. Isso eu acho que vem ao encontro da ansiedade dos políticos pela reforma política. A participação das nossas lideranças comunitárias, das nossas lideranças sociais, das nossas lideranças religiosas, que vão ter um papel importantíssimo, é muito importante. Estou vendo aqui o Pastor Oscar e o Pastor Enoque.

Lá em Colatina, minha cidade, esta semana houve também uma movimentação da igreja, fazendo uma discussão. Então, nós teremos um papel importantíssimo: o de mobilizar a nossa população para vir discutir o tema. É claro que quando o César colocou aqui algumas propostas concretas para melhorar o sistema todo mundo gostou, ele foi aplaudido, porque elas são bastante coerentes. Mas não adianta ficar só na cabeça da gente, ficar só na cabeça do Deputado Federal, do Deputado Estadual, da Senadora. Temos que ouvir a população.

Eu, na campanha que terminou recentemente, consegui voto, quando dizia para a população, pedindo voto: *“Eu vou lutar para que nós tenhamos coincidência do calendário eleitoral”*. E as pessoas balançavam a cabeça, porque as pessoas também estão enjoadas de votar de 2 em 2 anos. As pessoas sabem que de 2 em 2



anos a máquina administrativa para por um período longo, para que a regra eleitoral possa ser respeitada.

Então, as pessoas estão conscientes de que é melhor que a gente tire uma eleição do calendário, para fazer as eleições juntas. As pessoas não entendem o financiamento público de campanha como uma coisa boa, porque elas acham que vão pagar, elas não sabem que pagam muito mais às vezes, quando tem a influência econômica no processo eleitoral, elegendo Deputados, Senadores, Prefeitos, Governadores, Presidentes. Então, precisamos fazer com que a população entenda que financiamento público de campanha pode ser uma coisa boa, que a lista fechada pode ser uma coisa boa. Elas também resistem a isso. A população diz: *“Poxa, eu quero votar no Bolão. Eu não estou aceitando votar no PT e o Bolão ficar fora”*.

Faz parte da nossa função isto que estamos realizando aqui. Estou muito alegre em ver que estamos conseguindo, Rodrigo, trazer para a agenda da população, das lideranças e ver que a nossa população está participando.

Sem dúvida nenhuma, isto tem que ficar sedimentado. Estamos trabalhando para reforçar os partidos, para que tenhamos, cada vez mais, dentro dos partidos, lideranças orgânicas com identidade. Que possamos melhorar a qualidade eleitoral, para haver cada vez mais representantes que se comprometam realmente com a melhoria da qualidade de vida da nossa população, que é o objetivo final do processo político. Não tem jeito: é pelo processo político que nós vamos conseguir organizar melhor nossa sociedade.

Coordenador, um bom debate! Obrigado pela presença. Espero que contemple a moqueca capixaba. Tenho certeza de que vai ser o prato que a Deputada Sueli Vidigal vai lhe oferecer.

Muito obrigado e um bom debate para todos nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Obrigado, Deputado Paulo Foletto.

Engraçado, três Deputados Federais, e só a Deputada Sueli Vidigal não é médica — mas casou com um. Acho que existe um complô da classe médica.

Quero liberar a Senadora Ana Rita, que tem compromisso, mas antes quero dizer a S.Exa. do nosso agradecimento e reconhecimento pelo trabalho que o



Senado vem apresentando. Tenho certeza — vou explicar isso agora — de que vai haver coincidência de tempo entre os dois relatórios, o do Senado e o da Câmara, e que vamos acabar consolidando, desde que haja contemplação e apoio da nossa comunidade. Tenho certeza de que vamos avançar na democracia.

Muito obrigado, muito sucesso e parabéns! (*Palmas.*)

Antes de ouvir as outras intervenções, quero contar para os senhores a estratégia da Comissão da Câmara para a construção da reforma política.

Primeiro vou contar a do Senado, até porque a Senadora está saindo. O Senado nomeou 15 Senadores, não paritariamente, e colocou um eixo estruturante da reforma política: a cada discussão, uma votação. Concluíram nos 45 dias, e têm que escrever — a cada tema, vai para plenário, para votação — e montar seu relatório definitivo. Deve acabar praticamente junto com a Câmara.

Na Câmara foi criada uma Comissão com 20 eixos estruturantes da reforma política. Se os senhores tiverem paciência, posso ler todos os 20 temas. Só faltam quatro para ser discutidos. Só que a Câmara resolveu ouvir a sociedade.

Às terças-feiras temos a reunião da Comissão com a Deputada Sueli Vidigal, do Espírito Santo, combatente, que dá sua opinião, seus pareceres. Mas nós não votamos nenhum dos eixos. Só discutimos.

Às quintas-feiras ouvimos a sociedade civil. Já ouvimos o representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB; o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil; ex-Ministros do Superior Tribunal Eleitoral, inclusive seu atual Presidente, Ricardo Lewandowski; o Ministros do Superior Tribunal de Justiça; o Ministro Dias Toffoli; o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e atual Ministro da Defesa, Nelson Jobim; ex-Presidentes da Câmara Federal; vários políticos; muitos cientistas políticos. Isso ocorre todas as quintas-feiras. O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo também colaborou.

Às sextas-feiras e às segundas-feiras rodamos os Estados. Hoje viemos ao Espírito Santo. O que viemos fazer aqui? Ouvir. Viemos aqui para ouvir a sociedade do Estado nessa estratégia. Dia 21 de junho próximo, o Relator, Deputado Henrique Fontana, apresentará um relatório preliminar. Aí, sim, começam as votações na Comissão para o levarmos a plenário em julho ou, no máximo, começo de agosto.



Nessa mesma época, o Senado também deverá ter o seu relatório preliminar, o que causará a junção dessas duas Comissões. É importante também citar que um dos primeiros atos do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, foi criar a Comissão Especial da Reforma Política. Tanto é que assinou o decreto da criação dia 8 de fevereiro. Não podemos esquecer que tomamos posse dia 1º. Uma semana depois já estava em funcionamento a Comissão. E isso não aconteceu por pressão dos Deputados, mas por clamor da sociedade, que vê esgotado esse sistema atual; está em fadiga, segundo o nosso Presidente.

Temos de avançar. A democracia é um sonho possível, mas é preciso persistência. Há pessoas que querem uma reforma política muito ampla, muito grande, que atenda aos 20 itens. Mas, se avançarmos em algum ponto, já será um grande ganho; se avançarmos em dois, também. Temos de aprimorar a nossa democracia. Então, é fundamental que tenhamos como exemplo não a judicialização do processo eleitoral, pois o Congresso Nacional deixou de legislar e o Poder Judiciário acabou cortando o poder econômico — *shows*, camisetas e brindes; o Judiciário determinou até quantos metros deveria ter a campanha, quantos centímetros deveria ter o santinho. Tudo isso porque nós não legislamos. Mas o povo teve de legislar para o Ficha Limpa. Não podemos esquecer esse fato. Então, se o povo conseguiu fazer o Ficha Limpa, também conseguirá fazer a reforma eleitoral de seu sonho (*Palmas.*)

Por isso, a Comissão da Câmara quer ouvi-los. Não vim aqui para dar minha opinião sobre a reforma política. Posso fazê-lo em Brasília. Vim até aqui para ouvi-los, e isso é muito importante para que construamos esse consenso, esse caminho, a fim de termos uma democracia melhor do que a das últimas eleições. Um avanço é fundamental para o Brasil, que cresce, que amplia seus horizontes, mas não podemos ter um sistema em que o poder é decisivo no resultado final.

Precisamos proteger o eleitor, e não o político. E é sobre esse sistema que queremos ouvi-los.

Concederei a palavra a todos por apenas 5 minutos — não é preciso usar o tempo todo — e depois continuaremos.

Concedo a palavra ao Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo — FINDES, Sr. Sérgio Rogério de Castro. (*Palmas.*)



O SR. SÉRGIO ROGÉRIO DE CASTRO - Bom dia a todos. Quero saudar o Deputado William Dib, da Comissão da Reforma Política da Câmara dos Deputados, e a Deputado Sueli Vidigal, agradecendo-lhes por esta iniciativa.

Iniciativas como esta, Deputada, é que vão incluir o Espírito Santo no debate dos grandes temas nacionais. Precisamos dessa inclusão, porque o Espírito Santo sempre tem contribuição a dar para melhorar este País

Quero também saudar o Presidente desta Casa, Deputado Rodrigo Chamoun, assim como os Deputados do meu partido, Luiz Durão, Marcelo Coelho, o Da Vitória. Saúdo os Deputados Federais Paulo Folleto e César Colnago, o representante dos Vereadores, Presidente da Câmara de Vitória, o Vereador Bolão. Saúdo também o representante do Poder Executivo — que não poderia estar mais bem representado —, o Prefeito da Serra, Sérgio Vidigal, um exemplo de administrador público para o País. (*Palmas.*)

Estou aqui para falar em nome do Sistema Indústria, formado pela Confederação Nacional da Indústria e pelas Federações dos 26 Estados e do Distrito Federal. Nós temos um conselho de assuntos legislativos, estamos acompanhando as ações das Comissões de reforma política e já temos posição sobre os temas que estão sendo tratados. A indústria do Brasil não está só preocupada com os problemas que dizem respeito a ela. A agenda da indústria do Brasil hoje é uma agenda ampla. Estamos preocupados com o nosso País. Por isso, o tema da reforma política é para nós vital, um tema prioritário.

Eu vou falar sobre a questão da suplência de Senador, em meu nome, já que sou Senador suplente. Quando fui convidado, eu disse ao candidato que me convidou que havia um problema: o de que, se algum dia eu estivesse no lugar dele, eu apresentaria um projeto para mudar as regras relativas à suplência de Senador.

Bem, gostaria de utilizar este tempo para tratar dois temas que têm sido pouco contemplados e que acho deveriam ser objeto de atenção por parte das duas Comissões.

O primeiro é a preocupação da Câmara e do Senado com o aperfeiçoamento de seus Parlamentares. No mundo empresarial, é condição indispensável para o sucesso que os executivos e empreendedores sejam permanentemente treinados. Faz-se necessária uma educação continuada, sem término, para que possamos



realmente ser eficientes e obter resultados, para correspondermos à expectativa que depositam em nós. Esse tema precisa ser tratado. É preciso que a Câmara e o Senado tenham atividade permanente de aperfeiçoamento dos Parlamentares brasileiros.

O segundo tema que gostaria de tratar refere-se ao grande risco que corremos de ter o Poder Legislativo Federal congestionado, como está hoje congestionada a Justiça brasileira. Esse é um risco muito grande, e as Comissões precisam dar atenção a esse tema.

A informação que tenho é de que hoje há cerca de 20 mil propostas na Câmara e no Senado. É impossível tratar esse volume de propostas com a profundidade que o País merece.

Encerro minhas palavras solicitando à Comissão da Câmara que inclua esse dois temas entre suas discussões e manifestando o sentimento da indústria do Brasil de muita esperança em que realmente a reforma política em debate aconteça, se não na totalidade, como disse o Deputado, mas de forma a proporcionar avanços significativos, porque nosso País está precisando disso.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Dado o excessivo número de inscritos, vamos reduzir para 3 minutos o tempo de cada orador, na tentativa de ouvirmos todos.

Vamos ouvir agora o Deputado do Espírito Santo e Líder do Governo aqui na Casa, o Deputado Estadual Marcelo Coelho. *(Palmas.)*

O SR. MARCELO COELHO - Meu bom dia a todos. Quero trazer um abraço ao Deputado William Dib, que está visitando o nosso Estado, em nome do Governador Renato Casagrande, desejando sucesso e êxito nesse trabalho. Quero também parabenizar esta Comissão, por esse debate tão importante para os brasileiros. Quero parabenizar a proponente, Deputada Sueli Vidigal, por sua dedicação e pela maneira como tem exercido seu mandato no Congresso Nacional e honrado o povo capixaba. Parabéns, Deputada, por trazer para a nossa terra esse debate tão importante. *(Palmas.)* Cumprimento também o Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Chamoun, nosso amigo; os Deputados Federais Cesar Colnago e



Paulo Foletto, que já se retirou; o Presidente da Câmara, Reinaldo Bolão; o Prefeito de Serra, Sérgio Vidigal, cuja liderança honra o nosso PDT; o Vice-Presidente do PDT, Deputado Da Vitória; e o Deputado Luiz Durão. (*Palmas.*) Quero saudar as lideranças religiosas, Pastor Oscar e os demais pastores presentes. Na pessoa do José Milton, Presidente da CUT, saúdo os movimentos sociais. Enfim, quero saudar a todos.

Os temas que foram apresentados aqui, principalmente pelos Deputados Paulo Foletto e Cesar Colnago, no que se referem à coincidência de mandato e também ao fato de na campanha eleitoral muitos candidatos prometerem aquilo que sabem que é impossível cumprir, são propostas importantes e que realmente têm de ser mais aprofundadas. E digo mais uma: nós estamos num País democrático, Prefeito Sérgio Vidigal, onde tem de prevalecer a democracia e a vontade popular. Durante as campanhas, nós temos ouvido muitas cobranças da sociedade, indagando por que candidato tal a Vereador foi o segundo mais votado na eleição e não assumiu. Se é vontade popular e temos dez vagas, têm de prevalecer os dez mais votados; se são Deputados Estaduais, que as 30 vagas sejam preenchidas pelos 30 mais votados. (*Palmas.*) Essa é a democracia, essa é a vontade popular. Por isso, é importante este momento de discussão com a sociedade capixaba, porque ela pode contribuir para esse debate, e encontrarmos juntos um modelo muito melhor, Bolão, para termos políticas e políticos que possam cada vez mais honrar o nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Obrigado, Deputado Marcelo.

Passo a palavra agora ao Prefeito de Serra, Sérgio Vidigal. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO VIDIGAL - Bom dia. Quero cumprimentar a todos os representantes dos diversos movimentos sociais, lideranças partidárias que se encontram aqui nesta manhã, lideranças religiosas, Pastor Enoque, Pastor Oscar de Moura. Quero ainda cumprimentar a Mesa, na pessoa do Presidente da Comissão, que se deslocou de Brasília ao Espírito Santo para ouvir os anseios da população capixaba; o Deputado Federal William Dib (*palmas*); os demais Deputados Federais, especialmente o colega, com quem trabalhei no pronto-socorro em Carapina. E aproveito para cumprimentar, por sua história na vida pública, pelas importantes



propostas que fez hoje pela manhã, o nosso querido amigo Cesar Colnago. *(Palmas.)*

Quero saudar um Deputado Federal que não está aqui presente, mas que muito bem representa o PSB, o nosso companheiro Paulo Foletto. Saúdo a minha companheira, mais do que de partido, companheira de vida, que trouxe para o Estado esta Comissão. Falo da Deputada Sueli. Desejo-lhe sucesso frente a esta Comissão que debate temas tão importantes para que o Brasil faça a reforma político-eleitoral. *(Palmas.)* Cumprimento os Deputados Estaduais presentes, os três Deputados Estaduais do PDT, saudando o Líder o Governador Renato Casagrande, o Deputado Marcelo Coelho, o Vice-Presidente do PDT, o Deputado Da Vitória, e o Deputado Estadual Luiz Durão, nosso amigo. S.Exa. já foi Deputado Federal e Prefeito.

Serei extremamente rápido e vou jogar um pouquinho de lenha nessa fogueira. Nós, homens públicos, sempre levantamos e defendemos a bandeira de alguém. Normalmente, se diz que político tem bandeira, não é verdade. Político defende a bandeira de um segmento da sociedade. Talvez o segmento pelo qual foi eleito, talvez o segmento que represente. Isso tem um fator positivo, mas tem um fator muito negativo quando se discute assuntos polêmicos. Reforma político-eleitoral é um assunto polêmico, tão polêmico que nos últimos anos quem tem definido as eleições não é o Parlamento, mas o Tribunal Superior Eleitoral. É ele quem define as regras eleitorais.

Precisamos fazer uma reformulação. Quero fazer uma proposta, talvez seja extemporânea, mas que fosse avaliada pelo Congresso Nacional. Hoje, há assuntos muito polêmicos na pauta, como reforma administrativa, reforma tributária, reforma previdenciária e reforma político-eleitoral. São temas polêmicos. Eu diria que é muito complexo nós, detentores de mandatos, discutirmos e debatermos temas como esses. Minha sugestão é que houvesse uma Assembleia Constituinte exclusiva para debater assuntos tão importantes como esses. *(Palmas.)* Normalmente quando faço meu discurso digo o que a população quer ouvir: se a população é contra financiamento público, eu vou falar do financiamento privado, se a população é contra lista fechada, vou falar que o voto tem que ser personalizado. Acho que tem que ser uma Assembleia exclusiva para discutir isso mais tecnicamente.



Lembro-me muito bem que quando começou a campanha do desarmamento todos queriam o povo desarmado. Quando começou a campanha pela televisão, todos mudaram de ideia: “*Não, tem que estar armado para combater o bandido.*” Hoje, chegou-se à conclusão de que o povo deveria estar desarmado. Esse é o meu medo, que aquele que tiver maior poder de influência faça uma reforma tendenciosa e não uma reforma que seja o anseio da população.

Um abraço. Um bom dia a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Parabéns, Prefeito Sérgio Vidigal, pelas suas observações.

Passo a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Vereador Reinaldo Bolão. (*Palmas.*)

O SR. REINALDO BOLÃO - Primeiramente, bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Deputado William Dib. Deputado, se não convidaram V.Exa. para uma moqueca capixaba, se V.Exa. não comeu ainda, fica o convite. Não vou indicar o restaurante, mas com certeza é o prato da terra. Juntamente com sua esposa, saboreie a moqueca capixaba. Seja bem-vindo. Em nome do Prefeito João Coser, coloco a cidade à disposição de V.Exa. Cumprimento a Deputada Sueli Vidigal. Parabéns por trazer o debate ao Estado. Cumprimento o Deputado Federal Cesar Colnago; o Líder do Governo, Deputado Marcelo Coelho; o Deputado Da Vitória; o Prefeito Sérgio Vidigal; e o Deputado Luiz Durão. Cumprimento o Pastor Enoque Castro, Diretor no Conselho Popular de Vitória, e o Pastor Oscar. Cumprimento o Newton, da CUT; cumprimento todos, principalmente o pessoal do interior que se deslocou para vir a este debate tão importante, desse tema que virou a ordem do dia. (*Palmas.*)

A população quando vai às urnas, ela vota nos seus candidatos, seja para o Executivo ou Legislativo, buscando resultados. Resultados esses em que a ação política objetiva beneficiar diretamente os cidadãos.

Penso que a voz das urnas, conforme dito aqui por vários oradores, foi bem clara. Não dá mais para postergar. A reforma política está aí. E percebemos claramente, Deputado William Dib, que ela tem que sair do papel. Trata-se de uma pirâmide que está empurrando de baixo para cima. Uma hora vai explodir.



Penso que nós temos que trabalhar a questão da lista fechada nominal, porque o eleitor vota em determinado candidato, que tem o maior número de votos e não é eleito. E ele não entende isso

O tema está em debate. A sociedade tem que participar desse debate. Se a sociedade não pressionar, não haverá reforma política. Nós temos nossos representantes lá, os 3 Deputados que aqui estiveram, agora o Deputado Cesar Colnago. Precisamos tirar a reforma do papel. A sociedade não aceita mais esperar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Com a palavra o Deputado Estadual Luiz Durão.

O SR. LUIZ DURÃO - Cumprimento a Mesa. Minhas senhoras e meus senhores, sou a favor da reforma política por ser a única forma de o candidato mais humilde, verdadeiro representante do povo brasileiro, se candidatar e disputar em igualdade de condições.

Sabemos que o financiamento das empresas é dirigido os que têm recursos. Se os recursos forem para o partido irão automaticamente para os que têm mais.

Portanto, sou a favor da reforma política porque o financiamento público de campanha política dará a todos os candidatos, independentemente de quanto dinheiro possui, igualdade de condições.

Essa é a minha sugestão.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Com a palavra o Deputado Da Vitória.

O SR. DA VITÓRIA - Bom dia a todos e à sociedade capixaba, que nos assiste ao vivo pela *TV Assembleia*. Gostaria, na pessoa do Deputado Federal William Dib, de saudar os membros da Mesa e a Deputada Sueli Vidigal, que nos deu a oportunidade de debater tema tão importante no Espírito Santo. Tendo em vista, Pastor Enoque, Pastor Oscar, que o tempo é muito curto, faço uma saudação a todos os senhores.

Nosso Deputado Federal é um homem de sorte: chegou aqui e já tem duas moquecas pagas, uma pelo Reinaldo Bolão e outra pelo Rodrigo Chamoun. É difícil fazer com que esse almoço saia. Espero ser convidado. (*Palmas.*)



O tempo é curto, mas vou aproveitá-lo para dar uma contribuição ao debate. A primeira eleição de que participei foi em 2006. Foi também o meu primeiro mandato, pelo PDT, nosso partido. É preciso ter um pouco de sorte para se ganhar eleição. Sem sorte não se ganha eleição. As pessoas mais simples que pretendem representar segmentos da sociedade têm que contar com a sorte.

Minha sugestão, que gostaria que fosse submetida a discussão, é sobre as coligações partidárias. Muitas vezes as conveniências, os interesses partidários fazem com que haja coligação para que os representantes cheguem às suas representatividades. (*Palmas.*) Esse tema é mais amplo. Mas gostaria de deixar essa sugestão para ser debatida com mais profundidade.

Eu defendo o financiamento público de campanha. É necessário que os atores do Congresso Nacional expliquem para a sociedade o que é o financiamento público. É muito mais econômico, na minha visão, do que o atual modelo de financiamento, em que muitos empresários depositam dinheiro nas contas de determinados candidatos para cobrar depois — e quem paga a conta é o cidadão. É muito importante que a sociedade conheça essa proposta, que a conheça na essência, Deputada Sueli Vidigal. Eu não tenho receio de defendê-la.

O voto distrital é um tema importante. O Espírito Santo tem 10 Deputados Federais. Às vezes o norte do Estado fica sem nenhum. Às vezes o sul fica sem nenhum. É necessário debater a representação regional. Defendo o voto distrital. Este momento é importante para termos representantes das regiões com a reforma política a ser aprovada no Senado e na Câmara, no Congresso Nacional.

Defendo que continuemos tendo oportunidade de dar à sociedade o representante que ela conheça. Não adianta trabalharmos com o voto em lista, o voto fechado, se não tivermos a oportunidade de conhecer quem será o Vereador, o Deputado Estadual, o Deputado Federal, o Senador ou seu suplente.

Para concluir, gostaria de falar mais um pouquinho sobre outro assunto, e conto com o desprendimento do nosso suplente de Senador Sérgio. Não aceito que um representante da magnitude de um Senador o possa ser sem ter recebido um voto, sem que suas propostas tenham sido avaliadas pelos cidadãos. Ele assume no caso de afastamento, por qualquer motivo, do Senador titular. Não dá mais para termos, em mandatos de 4, 6, 7 ou 8 anos, suplente de Senador sem voto.



Precisamos definir de uma vez por todas esse assunto, porque não é sempre que nós teremos Senadores da qualidade e magnitude de Ana Rita e Sérgio, por sorte, para assumir o lugar do titular, como se deu com a Ana Rita, que é uma grande Senadora. Mas pode não ser dessa forma que aconteceu no Espírito Santo.

É a nossa sugestão. Gostaria que o tema fosse discutido com maior aprofundidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Parabéns, Deputado.

Por comodidade e para ganharmos tempo, os próximos oradores poderão usar os microfones.

Com a palavra o Vereador de Bom Jesus do Norte José Manoel. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ MANOEL - Bom dia a todos. Faço uma referência especial à Vereadora Silvia e ao Marcão e saudar especialmente os Vereadores e as Vereadoras do Estado do Espírito Santo. (*Palmas.*)

Quero saudar a Mesa nas pessoas dos nossos Deputados Federais, Cesar Colnago e Sueli Vidigal. Não estou vendo o outro.

Esta é uma oportunidade muito importante para divulgarmos o que pensamos, principalmente porque Vereador é muito sofrido. Eu vinha muito às reuniões do partido — sou do Democratas. Quando o Vereador ia falar, a maioria das autoridades importantes já tinha se retirado. Eles não nos ouvem. (*Palmas.*) Mas quando vão ao interior, largamos a família, largamos os filhos para recebê-los, e ficamos até o final, somos os últimos a sair. Mas isso não vem ao caso. O que nos importa é dar nossa opinião. O Vereador é tão sofrido que só quem gosta dele são seu eleitor e sua família. E o eleitor só gosta do Vereador se ele, até o final do mandato, faz de tudo para o eleitor. Os eleitores dos outros Vereadores ficam com raiva porque o suplente perdeu... A esposa costuma ficar com raiva porque a gente deixa de fazer para a família para fazer para o eleitor. E o Vereador está sempre sofrendo!

Peço desculpas ao Vidigal porque vou falar da minha cidade e de outras cidades de alguns Vereadores com quem converso. Pode não ser o caso da Serra, mas Prefeito só gosta de Vereador quando a gente está com ele na campanha.



Passou, ele odeia Vereador. A gente sofre, rapaz! Se não fizer o que ele quer, o Vereador não presta.

O apelo que eu faço é o seguinte: pelo amor de Deus, essa tal de legenda é um nojo, principalmente para a gente lá no interior. Não é justo. Aqui há uma Vereadora que, na eleição passada, perdeu com o dobro de votos do último Vereador que entrou. Cadê a opinião popular, o respeito ao voto popular? Cadê a democracia neste País? *(Palmas.)*

Eu venho fazer um apelo, em nome da Câmara de Bom Jesus do Norte, e tenham certeza de que é um apelo da maioria das Câmaras deste Estado: pelo amor de Deus, ninguém aguenta mais essa tal de legenda. Se não acabar... Eu disse na Câmara que, se não acabar a legenda, eu, que sou Vereador no quinto mandato, não quero nem concorrer às eleições. A gente sofre para fazer uma coligação; a política é tão vergonhosa que eu acho que para ser Prefeito teria que ser do mesmo jeito que o estudante quando começa a estudar: começa no prezinho, depois vem o segundo ano, o terceiro ano. Por que o Prefeito não tem que passar pela Câmara? Talvez assim ele desse valor ao Vereador. É uma vergonha nós Vereadores sermos humilhados. *(Palmas.)* Eu estou cansado de ver na televisão essa roubalheira. Lá no interior, na nossa Câmara Vereador não tem direito nem a celular. Parece brincadeira, não é? Será que em todas as Câmaras ninguém tem direito a isso: Deputados Federais, Estaduais?

Então, a reforma política precisa ser feita, sim, porque isso é uma vergonha. E eu quero deixar isto registrado aqui: a legenda, pelo amor de Deus! É uma pena. Eu acho que a bancada federal do Estado do Espírito Santo deveria estar toda presente, apesar de estar bem representada pelo César Colnago e pela Sueli Vidigal. Mas a reforma política é tão importante que a Câmara Federal deveria estar presente. Não digo 100%, mas pelo menos 80%. A Senadora que aqui estava saiu. É uma pena! É o que eu disse: Vereador é tão sofrido que na hora em que os Vereadores vão falar já foram todos embora. Eu saí lá de Bom Jesus, na divisa do Estado. Eu vou chegar de noite em casa. Será que só nós temos que sair? *(Palmas.)*

Tenho certeza de que os presentes, em sua grande maioria, são Vereadores. Tenho certeza disso. Outra coisa: em época de eleição, os Deputados vão lá falar



com os Prefeitos da minha cidade. Houve uma Deputada Federal — não vou dizer o nome — que na época correu atrás do Vereador José Manoel para apoiá-la, pelo seguinte: eu entro na casa do eleitor e falo assim: “Ô, *Dona Maria..*”. O Prefeito não sabe o nome do pessoal, entra em seguida e diz: “*Dona Maria, nós viemos trazer o candidato a Deputado aqui*”. (*Risos.*) O Vereador é muito sofrido, gente!

Então, pelo amor de Deus, vejam se vocês, que compõem a bancada do Espírito Santo, fazem um apelo para acabar com essa tal de legenda e essa tal de coligação, porque eu sofro muito com esse negócio de legenda e de coligação. (*Palmas.*) Acho que não vou conseguir ser candidato a Vereador se não acabarem com a legenda e com a coligação em Bom Jesus do Norte.

Muito obrigado. Desculpem-me pelo meu desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Obrigado, Vereador José Manoel.

Vou passar a palavra ao Vice-Presidente da Associação de Bombeiros Militares do Espírito Santo, Sr. Erasmo Damasceno Santana.

A SRA. DEPUTADA SUELI VIDIGAL - Sr. Presidente, eu queria fazer um registro aqui, não é José Manoel? O Vereador citou uma Deputada Federal e ficou uma interrogação. Não sou eu, graças a Deus. (*Risos.*)

Eu queria dizer que está aqui o Vereador do Município da Serra, Auredir, representando a Câmara da Serra. Ele também é Vereador e talvez possa, daqui a pouco, falar da sua impressão com o Prefeito da cidade.

O SR. ERASMO DAMASCENO SANTANA - Bom dia, Deputado William Dib. Cumprimentando V.Exa., cumprimento todos os políticos presentes. Senhoras e senhores, bom dia.

Nós temos o hábito de dizer que vivemos num Estado Democrático de Direito, que a ditadura acabou e adentramos a democracia. Mas eu questiono aos senhores: democracia na qual o militar não pode se filiar a partido político?

O militar, quando se candidata e é eleito, ao ser diplomado é transferido para a reserva. Aposentam o cidadão. Terminado o mandato, ele não pode retornar à caserna, ao quartel. O Deputado Da Vitória, se foi eleito com 15 anos de serviço, vão pegar o posto em que estava, ou a graduação — ele era cabo —, vão pegar o



seu salário, dividir por 30 — porque eram 30 anos — e multiplicar por 15. Ele vai ganhar 1 mil e 200 reais de proventos de aposentadoria.

Por que ele não pode voltar? Eu sou Vice-Presidente da Associação dos Bombeiros Militares do Espírito Santo. Somos militares também. Em época de eleição os policiais são escalados para dar segurança às urnas. O camarada de Vitória é escalado para ir a Bom Jesus do Norte, terra do Vereador, para dar segurança ao processo eleitoral. O militar não pode votar porque está longe da sua zona eleitoral. Ele perde o direito de votar. Isso é democracia? Não. Democracia se diz que é do povo, para o povo e pelo povo. Polícia e bombeiro não fazem parte do povo? Não pagamos tributos? Pagamos, e muitos! E não temos todos os direitos que os civis têm. Nós, para termos estabilidade em nossos empregos, temos que ter 10 anos de serviço. O servidor civil com 2 anos tem estabilidade. Se quisermos entrar na carreira política com menos de 10 anos, temos que pedir baixa, ou seja, demissão. Não podemos mais ser militares, temos que sair da corporação.

Serei breve no próximo assunto que abordarei.

Faço minhas as palavras do Vereador de Bom Jesus do Norte. Quem tem que representar o povo, quem tem que se sentar aqui são os mais votados. Eles é que têm que representar a população, e não os suplentes, que não ganharam um voto sequer.

O Deputado Rodrigo Chamoun disse que fica triste porque 3 meses depois da eleição ninguém sabe em quem votou. Claro que não vai saber. Primeiro porque o eleitor é obrigado a votar. Que democracia é essa em que o eleitor é obrigado a votar? Por que não se estabelece o voto facultativo? O povo poderá mostrar sua insatisfação com os políticos. Tenho certeza de que, se o voto fosse facultativo, na última eleição para Presidente da República haveria zero de voto.

Ninguém aguenta essa sem-vergonhice que aí está. O voto tem que ser facultativo. E têm de se sentar aqui os mais votados. Se temos que ter 30 Deputados, quem vai ser o próximo suplente? O trigésimo primeiro, e não o João, que entrou como suplente lá longe.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Obrigado ao representante dos bombeiros.



Agora vamos ouvir o representante da Executiva do PSDB de Vitória, Sr. Carlos Mariano Aires.

Por favor, não retire o microfone do pedestal, porque a televisão reclama.

O SR. CARLOS MARIANO AIRES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Prefeito Vidigal, Deputada Sueli Vidigal, Varejão, Deputado Cesar Colnago, Da Vitória, estou entrando na vida partidária agora.

Sou muito novo. Sempre ocupei cargos técnicos, passei 10 anos nesta Casa executando trabalhos técnicos. Saí agora e resolvi enveredar pelo caminho da política. Fiz algumas análises de tudo o que foi dito aqui e diria que temos conversado muito no PSDB de Vitória. A reestruturação está sendo maravilhosa. Estamos interpretando as coisas que estão acontecendo no Brasil de forma muito clara e sem exagero.

A reforma política é parte do que se deseja para o País. O que me assusta é que, independentemente da idade, a nossa Constituição ficou velha. Ela é tão discriminatória e chega a detalhes tão mórbidos que impede qualquer ação rápida para responder ao povo. Com o número de PECs que há hoje, fica impossível, com essa colcha de retalhos, atender a todos os anseios do povo. Então, sou a favor de um movimento constitucionalista já, a partir de agora. Quando vai acontecer eu não sei. O movimento constitucionalista, para quem não sabe, tem que partir do povo, e não da classe política. É o povo que tem que pedir isso. E vocês estão pedindo exatamente isso.

O Prefeito Vidigal, que falou de forma coerente, com muita propriedade, disse, não especificamente para essa reforma, mas para todas as reformas necessárias, que se fizermos a reforma política e não a tributária este País vai parar.

O Espírito Santo é a sétima economia do Brasil e temos um aeroporto que está parado porque simplesmente o Ministério Público não deixa a coisa acontecer. Quando se reivindica ao Executivo uma solução, este simplesmente diz que não. Por que não? O nosso aeroporto é tão pequeno” Se o Governo do Estado não pode reformar esse aeroporto, faz outro em Setiba. Desapropria uma área e faz outro lá. Resolve o problema.

Só que a Federação está falida. A estrutura hierárquica deste País está falida. Prefeito ter que ir ao Planalto com pires na mão para pedir dinheiro está errado. O



caminho é: o Prefeito fala com o Governador, e este com a Presidente. Enquanto não acertarmos isso e acabarmos com o poder exacerbado do Ministério Público e do Judiciário, que podem até cassar Deputado...

Se não me engano, Jean-Jacques Rousseau e o Barão de Montesquieu fizeram um trabalho muito bonito quando definiram a república. Os poderes têm que ser harmônicos e independentes. Hoje nós não temos um Legislativo independente em nenhum Estado do País. Eu não encontrei nenhum. O que tenho visto é uma dependência completa do Legislativo em relação ao Executivo.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Vamos ouvir agora o Vice-Prefeito de Ibatiba, Sr. Simeão Dias de Carvalho.

O SR. SIMEÃO DIAS DE CARVALHO - Sr. Presidente, na pessoa da Deputada Federal Sueli Vidigal, cumprimento toda a Mesa.

O motivo principal para eu estar hoje aqui é a questão do vice. A função do vice não está definida em lei. Os jornais do nosso Estado têm trazido exaustivamente essa matéria. O vice que quer trabalhar seriamente e ter uma posição não têm uma função especificada em lei, seja Vice-Presidente da República, Vice-Governador do Estado ou Vice-Prefeito.

Gostaria de solicitar à Comissão que definisse que o vice não seja somente parte de uma composição política, mas que possa exercer um cargo junto aos municípios e ter uma função especificada por lei.

Hoje as matérias dos jornais estão corretas. Muitas vezes é vice que não quer trabalhar, mas simplesmente receber seus salários sem representar o povo. Mas por lei acaba abusando desse poder, porque não está regulamentado na Constituição.

Então, gostaria de pedir à Comissão que pensasse, nessa reforma política,... Gostaria de solicitar aos Deputados Federais e Estaduais e à sociedade que tentassem definir essa questão.

Hoje os jornais trazem a matéria. Inclusive, quero agradecer à imprensa por pautar a matéria para que a sociedade possa discutir o assunto.



Deputado Da Vitória, está na hora de fazer essa reforma. Há muito tempo se fala nisso. O tema deveria ser definido por lei complementar, mas até hoje, infelizmente, não houve regulamentação.

Quero deixar o meu posicionamento pessoal quanto à reforma política: sou a favor do voto distrital e de que o candidato mais votado seja eleito. Alguns não vão concordar comigo, mas não sou a favor da reeleição, seja para Prefeito, para Governador, para Presidente da República e para Vereador. É preciso abrir espaço para o carro tocar, permitir ao Vereador se candidatar a Vice-Prefeito, a Prefeito, a Deputado, e daí por diante.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Vamos agora ouvir o Vice-Presidente da CUT, Sr. José Milton Oliveira Santos.

O SR. JOSÉ MILTON OLIVEIRA SANTOS - Boa tarde, Deputados e plenário.

Quero parabenizar a Deputada Federal Sueli Vidigal pela iniciativa de trazer para o Espírito Santo este debate em audiência pública. Acho fundamental que qualquer tema importante neste País seja debatido com a população brasileira para que se sinta representada e as conclusões representem o anseio popular.

Parabenizo a nossa bancada federal, que tem tido participação efetiva nessa discussão. E não quero deixar de agradecer aos Deputados Estaduais desta Casa, que têm tido sensibilidade de debater a questão dos servidores desta Casa de forma séria. Os Deputados daqui têm cumprido a função de representar os anseios dos trabalhadores desta Casa.

Deputado William Dib, gostaria de começar a minha fala sugerindo que a reforma política cuide de impedir que os políticos do País se pautem pelos seus próprios interesses, como tem sido.

A política tem que ser uma opção do Parlamentar e do cidadão, e não um meio de vida. Se impedirmos que a política seja conduzida como um meio de vida, conseguiremos acabar com a reeleição indefinida, acabar com essa dinheirama que está rolando direto nas campanhas e com os interesses escusos, como se deu com o ficha limpa e outras coisas.

Quem fizer a opção de ser político no País não pode fazer da política um meio de vida. E a reforma tem que fixar mecanismos para inibir políticos que fazem da



política um meio de vida e bani-los da política nacional, porque o povo não aguenta mais isso. O povo brasileiro quer, com a reforma política, não acertar mandato de político, mas inibir a roubalheira no País vinda da classe política. (*Palmas.*)

O povo não aceita isso. Vivemos num País miserável, onde ainda há pobreza absoluta. Não podemos ter gente na política se tornando milionária da noite para o dia, seja de que partido for.

A responsabilidade dos Deputados Federais e Senadores é olhar com bastante carinho a reforma que estão fazendo, porque o povo não aguenta mais.

Prefeitos, Deputados e Vereadores não podem ter mais do que duas reeleições. Se for um Vereador, que se candidate a Deputado ou saia fora. Não dá para um Vereador ficar indefinidamente, por 15 a 20 mandatos, até se aposentar. Ele vai se acomodar, como outro trabalhador qualquer. E não dá também para o Parlamentar não ter uma profissão e considerar o Parlamento um meio de vida. Virou meio de vida. A pessoa entra para a política para se dar bem. Enquanto não houver seriedade na política nacional, o povo não se sentirá obrigado a votar com seriedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Vamos ouvir agora o Diretor de Comunicação do Fórum Político Evangélico, Pastor Enoque de Castro.

O SR. ENOQUE DE CASTRO - Boa tarde a todos. Quero parabenizar a minha amiga Sueli Vidigal. Não que ela seja da minha idade, mas eu a conheço desde pequena. Quero dar as boas-vindas ao Deputado Federal William Dib, ao meu amigo Cesar Colnago, de longas datas, ao Luiz Durão e a todos neste momento tão importante.

Sempre tenho o sentimento de indignação devido a muitas coisas que vemos como hipocrisia dentro da política brasileira e daquilo que chamamos de democracia. A verdade é que temos uma democracia embrionária. Eu morei 10 anos nos Estados Unidos. Meus filhos nasceram nos Estados Unidos. Eu me naturalizei americano, mas escolhi voltar para cá. A maioria se naturaliza e fica por lá. Eu trouxe meus filhos. O meu filho de um ano e meio e minha filha de 3 anos estão aqui. Luto pelo Brasil. Nesta cidade, debato temas importantes e como se fosse um



político temático, sem cargo e remuneração, sempre defendendo a sociedade em que vivo. E por ela continuarei lutando.

Estou com este livro em mãos chamado Constituição Federal, com muita coisa poética, linda e maravilhosa, feita exatamente a partir de discussões, debates como este, mas coisas que a gente vê que não funcionam. Há uma tristeza e uma frustração muito grandes em nosso coração quando olhamos, por exemplo, situações sobre a proteção que deve ter a criança e o adolescente e não vemos isso acontecer. Podemos ver, por exemplo, claramente, uma situação como a que estamos vivendo agora do Antonio Palocci, em que os próprios políticos, com manobras, não querem que haja transparência, que um político dê explicações a respeito do seu patrimônio. Qualquer de nós, se cair na malha fina da Receita Federal, terá que responder de onde vem o dinheiro.

O art. 60 da Constituição Federal determina, entre outras, que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a separação dos Poderes, que deverão ser harmônicos e independentes. São as cláusulas pétreas. Vimos agora o STF ferir... Só quero ler isso aqui. Gostaria de falar muito mais sobre o assunto.

Vejam o que diz o artigo 226 da Constituição Federal: *“A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”*.

O parágrafo 3º do art. 226 diz:

“Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”.

Aí vemos o Poder Judiciário passar por cima do Legislativo e fazendo todas essas coisas.

Concordo com quase tudo que foi dito aqui sobre a reforma política. Na eleição ocorre, muitas vezes, como numa corrida. A prova nem se iniciou, mas alguns já estão, num percurso de quilômetro, com 900 metros percorridos, faltando 100 para chegar. Isso porque existe uma confusão, a forma de financiamento é equivocada, possibilitando a formação de caixa dois e tudo o mais. Isso tudo tem



que ser resolvido. Mas este é um momento de abertura popular, de abrir o coração. Temos que fazer isso aqui agora.

Agradeço por esta oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de dizer que, embora não tenha vindo aqui para emitir opinião, concordo plenamente com a fala do Pastor Enoque, acho que o Supremo está usurpando do Legislativo o direito de legislar e transformando a nossa sociedade em mero produto televisivo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

(Não identificado) - Se possível, gostaria de sugerir que o senhor, na condição de representante que levará para a Câmara dos Deputados a nossa opinião, a nossa fala e toda essa discussão, levasse também essa nossa indignação para que se respeite aquilo que é feito no Legislativo e se faça cumprir a nossa Constituição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Pode contar conosco.

Passo a palavra ao Vereador de Lúna Vantrein Marcel.

O SR. VANTREIN MARCEL - Gostaria de saudar o Vice-Presidente da Comissão de Reforma Política, que preside esta audiência pública, Deputado William Dib, de São Paulo, e a representante da bancada capixaba, Deputada Federal Sueli Vidigal, a quem tive o prazer de visitar em Brasília há alguns dias. Eu também gostaria de externar minha satisfação de ver a brilhante atuação da Deputada em Brasília. Muito nos tem honrado saber que estivemos caminhando juntos nesse processo político, com forte atuação e voz de S.Exa. no Congresso Nacional, assim como os demais Parlamentares do Estado do Espírito Santo.

Eu gostaria de saudar os Deputados Federais Cesar Colnago e Luiz Durão.

Eu gostaria de perguntar se as propostas apresentadas nessas audiências públicas serão realmente encaminhadas para os debates das Comissões e se terão efeito mesmo em relação ao que as Comissões já votaram e definiram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Desculpe-me, mas vou fazer uma intervenção porque pode ser que alguém tenha entendido errado. Não houve ainda nenhuma votação, todas as propostas são abertas e acolhidas pelo Relator, e no dia 21 essas propostas que estão sendo feitas, inclusive pelo Deputado Cesar



Colnago, serão compiladas. É possível acessar o *site* da Câmara até o dia 20 para opinar a respeito. Quer dizer, todas serão levadas em consideração. Não posso lhe dizer que a sua, especificamente, será acatada, mas será lida e estudada com atenção.

O SR. VANTREIN MARCEL - Obrigado. É porque acompanhamos pela televisão e vemos que alguns nortes já foram tomados pelas Comissões em relação à reforma política.

(Não identificado) - Isso foi no Senado, a Câmara está fazendo como se fosse uma audiência pública e todo esse material será levado, evidentemente, à discussão e, aí, sim, haverá a definição de algumas linhas.

A SRA. DEPUTADA SUELI VIDIGAL - Lembrando, Vereador, que está sendo tudo gravado para ser encaminhado à Câmara dos Deputados. Por isso a presença de taquígrafos.

O relatório está aberto, há apenas algumas sinalizações, alguns direcionamentos, mas nosso objetivo é levar toda contribuição de vocês aqui do Espírito Santo.

O SR. VANTREIN MARCEL - Então eu gostaria de parabenizar a Câmara pela iniciativa de ouvir a população. Faço essas perguntas porque acredito que a missão do Parlamento, e o maior desafio, é exatamente fazer essa aproximação da população com os Poderes. Nós nada mais somos do que representantes da população. Quando não conseguimos ter êxito nessa empreitada, perdemos quase que a razão de ser Parlamentares.

Portanto, vejo algumas colocações que são feitas na imprensa em relação à reforma política, como, por exemplo, a lista fechada e o fim das coligações. E fico muito preocupado com isso. Por quê? Porque hoje nós sentimos na população uma revolta muito grande com as legendas, porque o eleitor, quando vai lá e dá o seu voto, acredita que está votando no candidato. Ele não entende muito bem essa questão de legenda. Embora a Justiça agora tenha corrigido isso, dando o mandato para os partidos, o eleitor não conseguiu ainda entender. Ele vota no candidato e espera que o candidato em que está votando seja o seu representante.

Então, quando eu vejo essa questão da lista fechada, começo a perceber que, ao invés de nos aproximarmos da vontade do eleitor, estamos nos distanciando



ainda mais, porque os partidos é que decidem quem serão os representantes, ignorando, de certa forma, a vontade popular.

(Não identificado) - Só para não confundir a opinião pública, é o seguinte: são opiniões ou de Deputados ou até de partidos. Nada disso está definido.

O SR. VANTREIN MARCEL - Eu compreendi, mas eu estou falando exatamente dessas opiniões. Vou concluir com a minha opinião.

Outra situação é a do fim das coligações. Eu entendo que, principalmente pelos Municípios pequenos, como o meu, nós teríamos muitos partidos que não poderiam se coligar e teríamos, conseqüentemente, muitos candidatos a Prefeito, porque, se há uma lista fechada e não pode haver coligação, o indivíduo vai ser candidato a Prefeito. E nós correríamos o risco, então, de ter Prefeitos eleitos com 10%, 15% de intenção de votos em um Município, um mandato sem representatividade popular, que seria muito frágil e muito difícil de ser conduzido.

Então, gostaria de manifestar aqui minha opinião em relação a essa questão da lista fechada. Sou contrário. Gostaria que fosse respeitado o interesse da população de eleger o candidato em quem vota. Gostaria que se pensasse com bastante carinho em relação às coligações, porque nos Municípios pequenos, em que não há segundo turno, teríamos um grande prejuízo para as eleições majoritárias, uma vez que teríamos vários candidatos e teríamos mandatos sem muita representatividade.

Por último, gostaria de fazer uma sugestão: de repente, se fosse possível, antes das demais audiências — não sei se ainda há tempo —, que houvesse uma campanha na televisão para esclarecer a população sobre o conteúdo da reforma e os pontos que estão sendo alterados na reforma política. Embora esta iniciativa seja digna de aplauso, se a população tivesse um conhecimento mais amplo do que está sendo debatido talvez esses debates fossem mais ricos.

Gostaria de fazer uma última consideração em relação ao eleitor. Nós, políticos, ouvimos muitas críticas da população, há uma indignação muito grande com a classe política, mas nós não podemos nos esquecer de que somos conduzidos aos cargos pela população. Nós somos o produto da escolha das pessoas. E aqueles que já foram candidatos e que andam pelas ruas no dia a dia, principalmente os Vereadores, como bem disse o nobre colega, sabem exatamente



que tipo de eleitor encontramos pela frente. Talvez o eleitor pudesse pensar melhor na motivação do seu voto. A consequência da política que nós temos hoje é a motivação do voto do eleitor. E a legislação é muito dura para com os políticos. Ela não aborda em nenhum instante o eleitor, principalmente no que se refere aos crimes políticos. Se for possível, que isso seja incluído no debate, que haja uma legislação que puna não só o candidato que compra o voto — vamos colocar no popular —, mas também o eleitor que se vende e que se coloca nessa condição de barganhar o seu voto. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Vamos ouvir agora o ex-Prefeito de Lúna, Sr. Rogério Cruz Silva.

O SR. ROGÉRIO CRUZ SILVA - Amigos Vereadores, principalmente do sul... Vocês perceberam que o pessoal do sul fala. Veja bem, eu sou mais sofredor do que vocês. Fui Presidente de diretório acadêmico; fui Vereador por três vezes; fui Prefeito; e ainda sou botafoguense. Imaginem as dificuldades que tenho.

Vou usar uma linguagem muito popular, porque esse Vereador que eu sempre sonhei que viria a ser Prefeito de Lúna, o Aldren Marcelo — vocês veem que eu tenho razão, eu preciso falar uma linguagem popular, Deputados...

É preciso que vocês conheçam — se não conhecem, por favor, busquem conhecer — a realidade do homem da roça. Vou dizer de uma forma muito simples, sabe por quê? A nossa Constituição, lá no interior, é chamada Constituição da aceitação. O que vocês, da grande cidade, de Brasília, decidem, muito diferentemente da nossa realidade, tem que ser cumprido.

Vou falar de uma coisa mais simples: será que o povo gosta de assistir a comício de político? Não. Então, é preciso ter o forró. O forró não é mais caro do que nada na política. Obviamente, não conseguimos pagar Chitãozinho e Xororó, aí fica caro.

Mas é preciso que se conheça a realidade do interior, porque, senão, vai ocorrer o que está ocorrendo neste momento com os PDMs na Prefeitura. PDM é feito lá em cima, o Estado copia, o interior copia e foge-se da realidade do interior.



É igual disseram aqui, por exemplo, voto facultativo. Vocês tenham certeza de que, no interior, o povo conhece o seu político, respeita o seu político, ama o seu político e sabe em quem vota. Eles sabem. Sabem também que até votaram errado.

E eu sou contra o voto facultativo, sabem por quê? Político é produto do meio; político também é povo. Parece que esse evento não tem relevância alguma. Sueli, estou imaginando a sua tristeza. Cadê os Prefeitos? Eu já fui Prefeito. Eu estou lá na ponta. Na hora em que o Tribunal de Contas vem, eu não conheço as leis, eu não conheço a reforma política; eu é que vou apanhar.

Onde estão os Prefeitos? Deveriam estar aqui. Vamos esquecer o resto dos políticos. *(Palmas.)*

Eu esqueci de, primeiro, pedir uma vaia. Que custe, então, uma vaia também. Obrigado, gente.

Então, gente, essa é a preocupação de um homem do interior. Eu assino um convênio de transporte escolar com o Estado. É van e Topic. Lá no norte do País é canoa. Então, é preciso voltar à atenção de vocês para a realidade no interior.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Vamos ouvir agora a Vice-Prefeita de Serra, Sra. Madalena. *(Pausa.)* Já se ausentou.

Vereadora de Aquílio Vivacqua, Dra. Graceli Estevão Silva. Está presente.

A SRA. GRACELI ESTEVÃO SILVA - Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Sr. Deputado William Dib. Prazer tê-lo aqui em nosso Estado. A nossa Deputada Sueli, como mulher, parabênizo pela iniciativa.

A reforma política, realmente, está esquentando. Foi uma iniciativa única estar rodando em todo o Brasil. Tenho acompanhado através de algumas correspondências que tenho recebido.

Há uma coisa que nos choca, que nós devemos falar, e muitos Deputados, em seus discursos aqui já falaram, deram seu recado — desculpe-me, gostaria de estar cumprimentando também os Srs. Deputados — é a questão da desigualdade. Nós moramos num país, o Brasil, que saiu de uma ditadura e veio para uma democracia, mas a desigualdade estagnou. E ela estagnou numa classe que, nós podemos falar aqui, somos nós, mulheres, os negros e a questão indígena. E nós somos a maioria.



Estou falando aqui para as pessoas que estão na Frente Parlamentar para que enfrentem isso como uma questão pontual, porque somos nós, enquanto minoria que sofre uma exclusão, levamos todas essas informações que já foram ditas aqui anteriormente. Nós estamos na ponta, nós estamos no meio e queremos fazer parte verdadeiramente dessa reforma política, porque nós somos Brasil e não desistimos jamais.

Muito obrigada pela iniciativa dos senhores. Parabéns. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Eu peço aos senhores licença para sair porque tenho um compromisso familiar inadiável. O Dib é um grande amigo, colega médico e grande Deputado.

Eu gostaria muito, Sueli, de lhe parabenizar pela iniciativa, porque é fundamental ouvir o que todos os senhores falaram, entre os quais destaco as grandes contribuições do José Manoel e do Rogerinho.

Eu acho que a Câmara adotou uma estratégia melhor, que é a de ouvir a população e as mais diversas lideranças de trabalhadores, religiosas, mulheres, jovens.

Não vamos ter a reforma ideal. A democracia é um regime que vai sempre se aperfeiçoando, mas se conseguirmos aprovar uma ou duas coisas importantes, Dib, tenho certeza de que conseguiremos seguir no aperfeiçoamento.

Por isso, agradeço a sua vinda, também a de sua esposa. O Eraldo vai acompanhá-lo. Sei que o senhor vai a um grande restaurante em Manguinhos, onde há uma praia belíssima, comer uma moqueca capixaba. Não é isso, Sueli? Vai ser em Manguinhos ou em Vitória? *(Pausa.)* Em Vitória. Mas ele está com a tarde livre aqui, vai conhecer o Convento da Penha, a Praia da Costa, a Ilha das Caieiras. De repente, vai próximo à Mochuara, na Serra, em Manguinhos. Nós temos lugares muito bonitos e naturais, muito da nossa beleza natural.

Eu vou ter de sair, mas obrigado pela presença tão magnífica do interior. Realmente, hoje o sul está mais representado do que o norte.

Um grande abraço a todos e obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Obrigado, Deputado Cesar, a quem agradeço pelo carinho e pela recepção. Mas eu gostaria também de



cumprimentar a Graceli. Parabéns pelas suas lindas palavras. É assim que construímos uma sociedade mais justa e melhor.

Com a palavra o representante da comunidade alemã e italiana de Domingos Martins.

O SR. EDMAR BERTOLDO REINHOLZ - Eu vou direto ao assunto, não vou aqui encher tripa, então cumprimento a todos de uma vez: boa tarde.

William, eu sou da comunidade pomerana e alemã e vou falar sobre essa reforma política. Eu fui candidato a Vereador aos 21 anos, perdi por 16 votos; fui o nono mais votado e não entrei. A legenda me decepcionou, e o eleitor não entendeu nada.

Na eleição para o Senado, principalmente em Tijuco Preto, Distrito de Paraju, 33% do eleitorado de Domingos Martins não tem um representante Vereador. Não conseguiu eleger, porque os pomeranos não tiveram oportunidade. Na hora em que eles iam votar para Senador, aparecia o titular e mais dois agarrados embaixo. *“Mas eu não conheço esse povo, não vou vota!”* Então, eles votaram em branco e por isso deu tanta abstenção.

Então, tem de corrigir isso, pela população alemã e pomerana. Quero que o senhor leve isso para Brasília, juntamente com a Sueli, porque ela foi muito bem votada no nosso Município. Ela é uma pessoa querida, e o senhor que está à frente agora.

Eu acho que há 200 anos já podia ter feito essa reforma. Lá na idade da pedra já podiam ter feito isso. E eu falo assim, porque eu estou com o eleitor lá. Como o Manoel e outros falaram, somos nós que apanhamos ali. Então, imaginem o que é trocar de disquete dentro do cérebro três vezes por dia para falar alemão, pomerano e o português! E como vamos explicar para o eleitor o que é financiamento público?

Meu Deus do céu, já temos eleição a cada 2 anos, a patrula não pode ir lá, o Prefeito não pode fazer, porque tem a eleição. *“Por que não fazem uma eleição logo de uma vez, votamos em dez pessoas na urna eletrônica, digitamos aqueles números todos e pronto acabou?”* Eles falam assim. Os senhores estão entendendo? Tem as teclas lá na urna, começa com o Presidente e vai até embaixo com o Vereador.



Saiu a lista com o resultado da eleição, os senhores podem olhar aí que, para Deputado Federal, vem um asterisco nos que foram eleitos. Dois no meio não têm asterisco, mas foram bem votados. Por exemplo, Domingos Martins tinha quinze, caiu para nove. São nove de “a” a “z”. “*Eu votei no fulano e por que ele não entrou, se tem duzentos votos enquanto outros entraram com dois?*” Aí ele fica todo doido. Falo isso porque estou lá.

Por exemplo, posso falar aqui porque, quando eu ia pedir um voto para Sueli Vidigal, era doze doze, eu falava “*twelve twelve*” para eles me entenderem. Nem a polícia me entendia.

Então, vocês têm que olhar; Deputado William, você que está lá em Brasília, Sueli e vocês, aqui da grande Vitória, nós no interior, eu estou hoje na região serrana, falo porque as bombas pipocam para cima da gente. Se eu não souber explicar isso também, eles falam: “*you are another burro*”. (*Risos.*) Eles falam na cara. Para não dar informação errada, fico quieto. Eles falam assim: (*ininteligível*) em pomerano é “burro”. Eles falam na cara. Isso não adianta. O eleitor lá fora é diferente do da região metropolitana.

Para vocês terem uma ideia, há bairros aqui na grande Vitória que são muito maiores do que Domingos Martins. Tenho que sair 150 quilômetros para pedir um voto para uma pessoa. Depois, ele me trai por causa de uma galinha ou por causa de um quilo de linguiça. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Olha, quero corrigir uma questão, viu Edmar? Edmar, quero corrigir quem te chamou de burro, que não sabe explicar as coisas. Você explicou com tanta facilidade que todo mundo entendeu. Você não é burro, não. Você é muito inteligente e muito prático para explicar as coisas.

O SR. EDMAR BERTOLDO REINHOLZ - A Sueli já chorou de rir comigo quando eu conto as histórias do pomerano e do alemão. Quando eu falo “burro” não é o animal que anda, eles não falam isso. O burro de orelhas existe já há 200 anos, você coloca a venda e ele só pode olhar para frente. Você já viu como faz para puxar a carroça? Eles põem um negócio para ele não olhar para o lado. Mas quando a gente é chamado de “burro”... Quer dizer, como é que vou pegar ônibus para Cariacica e entrar dentro do Caçaroca? Não tem jeito.



Então, eles são pessoas... Se ofender um pomerano de burro, você mexeu com a caixa de abelha toda. Você pode ter certeza, Presidente. Já estive em forró em que deu uma briga com um pomerano, você pode ter certeza...

Outra coisa que o cara falou aqui, vocês me perdoem, eu toco oito baixos e sanfona. Na época das campanhas, num boteco, eu pegava a sanfoninha e o pau quebrava. Mas ninguém me pegava porque eu era o artista. Eu não cobrava nada. Entendeu? *(Risos.)* Eu até poderia fazer uma graça aqui.

Nós cantávamos o desafio: eu cantava uma estrofe e o outro cantava outra, o pomerano falava: *"deixa eu cantar um pedaço também."* Eu ficava na sanfona e ele começava: *"Num 'como' de jaguara, eu 'achou' uma 'abieira', deu dois litros de mel, quinze quilos de cera. E o 'coma' de 'taquara' deu vinte e cinco peneira"*. *(Risos.)* *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Alegrou a nossa reunião.

O próximo a falar é o representante da ONG Claridade, Sr. Jorge Miguel Pereira.

O SR. JORGE MIGUEL PEREIRA - Boa tarde. Cumprimento o Deputado William Dib e, em nome dele, toda a Mesa.

O que tenho a colocar aqui é que ficaria muito difícil, até para os senhores em Brasília, colocar o nome de "remendo político". Então, foi escolhido esse nome de "reforma política". Mas para que haja a reforma política, temos que mexer em toda a nossa Constituição.

A minha preocupação também é no sentido do tempo de aprovação dessa reforma para que ela entre em vigor, o mais tardar, no próximo pleito.

Gostaria de colocar aqui também sobre o cargo político. Existe uma discussão: o cargo é do partido ou é do político? Então, retornamos ao que muitas pessoas falaram aqui: *"Eu votei em fulano e sicrano é quem entrou lá"*. Aí entra essa situação do cargo político: é do partido ou é do político? Acredito que seja do político, porque quando vamos votar, votamos em fulano de tal. Aquela época de MDB e Arena já foi. Ali votávamos no partido; hoje, não.

Fui candidato a Deputado Estadual por São Mateus. Fiz uma campanha enxuta, mandei um relatório para o Superior e já dei várias sugestões para a Comissão, para o Senado, para a Dra. Ana Rita. E a preocupação é essa: o não



eleito, e, nesse caso, o tempo da aprovação que colocamos para os senhores darem uma ênfase para nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Agora, a Presidenta da União Brasileira de Mulheres, Sra. Nadir Leal Anísio. (*Palmas.*)

A SRA. NADIR LEAL ANÍSIO - Boa tarde a todos e a todas. Num primeiro momento, queria parabenizar a Deputada pela iniciativa, mas gostaria de resgatar a fala do Deputado, Coordenador deste evento, quando disse que foram estabelecidos 20 eixos estruturantes para a reforma política.

É claro que, neste momento, não dá mais tempo para discutimos isso detalhadamente, mas eu queria deixar aqui um apelo no sentido de que a questão dos eixos estruturantes pudesse ser mais disseminada, mais distribuída. Que se pudesse pegar o exemplo deste evento de hoje, descendo até as bases, para que participássemos da discussão e depois não houvesse aquela coisa, assim: “*Ah, eu não sabia.*” Enfim, que os Deputados levassem esse pedido para que a discussão desça mais.

Sou membro da União Brasileira de Mulheres, pedagoga, professora da rede pública, mas aqui vou estar falar como membro da União Brasileira de Mulheres. Fiz esta inscrição para fazer um adendo à proposta do Deputado Cesar Colnago, que não está presente neste momento, que falou da Ficha Limpa.

Gostaria de fazer uma consideração. Se os Poderes são constituídos em três instâncias, que são o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, gostaria de fazer a seguinte pergunta, já que não consigo entender isso: por que não se mexe neste Poder Judiciário que define pela nossa vida e não o conhecemos? (*Palmas.*) O momento é este. E quero aqui propor que na Ficha Limpa seja incluída, sim, a questão do Poder Judiciário. Esta é a hora.

Por último, gostaria de fazer uma consideração sobre situações em que erramos quando consideramos igual aquilo que é diferente. Falou muito bem a nossa companheira Vereadora: queremos tratar igual o que é diferente. Então, agora, na reforma política, lembrem que as mulheres sempre saíram em desvantagem na questão política sob um *slogan*, sob um rótulo de direitos iguais.



(Palmas.) Espero que, neste momento, V.Exas. tenham, por favor, essa consideração.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Para finalizar, com a palavra o Vereador do Município da Serra, Auredir Pimentel.

O SR. AUREDIR PIMENTEL - Boa tarde. Primeiramente, eu queria cumprimentar o Deputado William Dib e lhe agradecer por estar neste Estado. Também não poderia deixar de registrar e agradecer, em nome da Serra e do Espírito Santo, à Deputada Federal Sueli Vidigal por ter trazido este debate para o Estado. Orgulha-nos muito, Deputada, V.Exa. fazer parte desta Comissão e incluir o Espírito Santo no rol do debate. Pelo exposto aqui, ele estava fora do debate, mais uma vez, de assunto muito importante.

Falo isso como Vereador da Serra e como Presidente da ABRACAM do Espírito Santo, que representa as Câmaras Municipais.

Vimos aqui que vários Vereadores, do interior e da Capital, presentes neste evento, estão preocupados com esse debate, porque ele afeta principalmente a base. Afeta o Vereador, o Prefeito e as lideranças que não sabem qual é o norte a seguir.

Como representante da ABRACAM, faço apelo para todos: que este debate seja remetido às casas de leis municipais. Temos no País mais de 5.600 câmaras municipais, que são a base da política nacional. O Deputado em sua instância tem como base o Vereador, tem como base o Deputado Estadual. Não há como fazer reforma política sem ouvir a base, que são o Vereador, lá na ponta, e os movimentos sociais.

Sra. Deputada, Sr. Deputado, esperamos que V.Exas. levem este pedido à Comissão de Reforma Política: que remeta o projeto às Câmaras Municipais, à ABRACAM e à União dos Vereadores, a fim de que façam esse debate nas Câmaras municipais junto com os seus Deputados e junto com o movimento popular. Este é o apelo deste representante.

Foi dito que teríamos 20 assuntos polos que são tratados. Que seja explicitado o andamento desses 20 polos; o que é consenso na Casa — porque sabemos que, até hoje, o consenso é só sobre o fim de coligação. O Senado fez em



45 dias e, mais uma vez, jogou para Casa de Leis, a Câmara dos Deputados, o resto da responsabilidade. Porque não fez o debate, sobrou para a Câmara Federal fazê-lo.

Ouvi aqui o apelo de Vereadores. Comungo com eles na sua fala: o Vereador é a ponta do *iceberg*. É cobrado dele a explicação, por estar ele mais próximo do eleitor e, muitas vezes, o Vereador não sabe explicar. Isto é muito triste.

Por isso, faço este apelo: Queria que V.Exa. lesse posteriormente qual é a discussão e que a Câmara Federal fizesse o seguinte: verificasse o que é consenso na Casa — consenso hoje é fim de coligação; consenso hoje é lista fechada; consenso hoje é a questão da fidelidade partidária — e passasse para as Câmaras Municipais para que façam o debate a fim de que possamos contribuir mais, possam contribuir para que realmente a reforma aconteça.

Eu e vários colegas temos sido esquecidos. Parece que essa reforma não deve acontecer, porque vemos hoje aqui, conforme disse o colega, quantos Prefeitos não estão aqui, quantos Vereadores não estão aqui? Isso ocorre porque eles não acreditam que isso vai acontecer. Parece que, mais uma vez, é uma história para inglês ver. Espero que isso não aconteça de novo no Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Agradeço ao Vereador a palavra.

Passo a palavra agora a coordenadora deste evento, que trouxe esta reunião ao Espírito Santo, a extremamente atuante, pessoa por quem tenho respeito, sem querer outras coisas, porque ano passado, em outra Legislatura — eu não era Deputado — propôs uma lei contra o *bullying*, para cuidar das crianças, principalmente aquelas em idade escolar. (*Palmas.*) Mais 4 projetos sobre o assunto foram apresentados este ano por outros Deputados. Assim, são 5 projetos. Eu fui escolhido Relator de um deles.

Então, tenho a satisfação de trabalhar com a Sra. Deputada Sueli Vidigal, Parlamentar que tem representado com dignidade e decência e muito trabalho o Estado do Espírito Santo. Para mim é uma satisfação pessoal estar aqui hoje, ao seu lado, trazendo as novidades da nossa reforma política.



Passo a palavra a Deputada Sueli Vidigal, para as considerações finais. Depois, passo a presidência a S.Exa. Vou tentar responder as perguntas que os interlocutores fizeram.

A SRA. DEPUTADA SUELI VIDIGAL - Obrigada, Sr. Deputado William Dib. Para o Espírito Santo é uma honra muito grande estar nesta Casa presidindo este trabalho um Deputado da estatura política representativa de V.Exa. Conforme foi dito aqui, V.Exa. foi Prefeito por dois mandatos na Cidade de São Bernardo do Campo e teve aprovação de 90%. Com certeza, o Espírito Santo está muito bem representado com a sua atuação aqui à frente do trabalho da Câmara Federal.

Faria outro registro. O Sr. Deputado Cesar Colnago subscreveu uma PEC que trata basicamente de projeto que já apresentamos naquela Casa, um projeto de programas de metas para o gestor público, primando pela transparência nas ações. Esse projeto já tramita na Câmara Federal. Agora, o Sr. Deputado Cesar Colnago, para engrossar as fileiras de homens e mulheres que tem responsabilidade com o mandato, subscreveu uma PEC que tramita na Casa também. Mas quero aqui deixar registrado que já foi apresentado por mim naquela Casa, antes mesmo de chegar esta PEC.

Quero também dizer da nossa responsabilidade e de nosso compromisso. É bom que o Espírito Santo saiba disso. Estive nesta mesma Casa na condição de Deputada Estadual e deixei aqui implementada a minha marca pessoal da ética, da transparência e do trabalho aqui mesmo. Foi com essas bandeiras da ética, da transparência e do trabalho que fui reeleita Deputada Federal. O meu compromisso, acima de partido político, acima de qualquer outra questão, é com a população do Estado do Espírito Santo, é com a população do meu País, discutindo temas extremamente importantes e relevantes. Estamos fazendo, desta forma, uma debate extremamente democrático.

Hoje, instalou-se verdadeiramente, por meio desta Comissão, um festival de propostas e de sugestões, fortalecendo a democracia; garantindo ao cidadão, por meio da sociedade civil organizada e dos movimentos, que ele possa efetivamente utilizar esses microfones para que possamos levar, meu companheiro, para Brasília, os anseios que foram ditos aqui, que foram gravados. Aí, vamos, com toda a certeza, levar o Espírito Santo ao cenário da política nacional.



Ouvi atentamente algo, e é verdade. Seria muito importante que houvesse uma assembleia constituinte para tratar da reforma política. Seria interessante que ela acontecesse especificamente para tratar da reforma política. Mas essa reforma política é um anseio, é um tema recorrente no País, e começamos aquilo que o meu colega Deputado William Dib pontuou: que o nosso Presidente apresentou o pedido inicialmente, criou essa Comissão Especial da Reforma Política para que pudéssemos, então, de fato, ouvir a população.

Mais uma vez, fico feliz porque o Estado do Espírito Santo não ficou de fora dessa discussão. É pena que não tenha havido essa participação como gostaria, de muitos outros Prefeitos, como foi dito aqui, da grande maioria dos Vereadores, mas não importa. O importante é que ela aconteceu e vamos levá-la para a Câmara dos Deputados.

Eu só abri os trabalhos, não coloquei a minha posição. Na verdade, oferecemos à Câmara dos Deputados, na qualidade de membro da Comissão de Reforma Política, 20 tópicos que consideramos importantes. Daqui a pouco, o Deputado William Dib vai lê-los meio que *en passant*. Na verdade, ele não vai poder detalhar todos.

Há uma sinalização do Relator Henrique Fontana para o financiamento público. Cria-se um fundo nacional para que as empresas privadas que quiserem dela participar não doem mais para o candidato, nem doem diretamente para o partido. Elas participariam desse fundo nacional e aí, então, esse fundo nacional repassaria para os partidos.

Sou a favor do financiamento público, porque, na verdade, ele tão somente vem para que possamos dar transparência às ações. O Relator sinaliza para o financiamento público juntamente com a lista aberta. Seria uma lista mista, na qual estaríamos priorizando, fortalecendo os partidos. Seriam duas votações: a votação no partido — o candidato teria de falar do seu partido, pedir voto para seu partido — e, posteriormente, uma lista aberta com todos os candidatos. Basicamente, como é hoje: os partidos políticos apresentam a lista de candidatos e o eleitor vota naquele com que se identifica mais. Eu acho que isso é democracia.

Defendo o financiamento público; acho que ele vem num momento oportuno. para que não haja prejuízo, como foi dito aqui. Como eu e tantos outros candidatos



fomos vítimas da atual legislação, estou defendendo o financiamento público — é uma forma de trabalhar igualmente e de primar pela transparência das ações.

Falando em transparência, fui uma das Deputadas que levaram para a Câmara dos Deputados — eu saí daqui mesmo com essa bandeira — a questão da redução das assinaturas para projetos de iniciativa popular.

Quero deixar registrado que apresentei esse projeto de redução do número de assinaturas por Estado aqui, na Assembléia Legislativa, e na Câmara dos Deputados, a fim de que a população pudesse oferecer projetos e participasse de temas relevantes para o País. Foi isso que aconteceu com o ficha limpa. Apresentei um projeto sobre ficha limpa o qual, depois, foi apensado ao Projeto Ficha Limpa de iniciativa popular.

Então, quero agradecer a participação de todo o Estado do Espírito Santo que está aqui nesta Casa. Fui reconduzido para a Câmara dos Deputados; estou trabalhando com dignidade e com respeito. Aliás, esse é o meu norte desde quando fui Deputada Estadual nesta Casa.

Eu estou muito feliz por ter tido a oportunidade de dar voz ao Espírito Santo através de tudo isso que todos tiveram oportunidade aqui, do desabafo feito, dos momentos especiais que vivemos .

Mas eu não ouvi alguém falar aqui sobre a questão da mulher. Quero dizer que a bancada feminina da Câmara dos Deputados defende, além de várias propostas, uma única proposta. Talvez tenhamos dificuldade em aprová-la, porque 513 Deputados apenas 46 são mulheres — 9% de participação feminina. Bem sabemos o valor da mulher. A mulher tem dito a que veio. Hoje, existem muitas Vereadoras e Deputadas. A representatividade na Câmara Federal ainda é muito pequena, mas defendemos, através da bancada feminina, que seja 50% para as mulheres e 50% para os homens. Acho meio difícil aprovar naquela Casa eminentemente masculina, mas vamos lutar. Estamos na era das mulheres. A Presidenta é mulher. Temos várias Ministras, inclusive do Estado: a Ministra Iriny Lopes foi eleita Deputada Federal por este Estado, e a 1ª Vice-Presidente da Câmara dos Deputados é mulher, a Deputada Rose de Freitas. Quero deixar meu abraço para todas as mulheres — a Lauriete, infelizmente, que não pôde estar presente.



O Espírito Santo teve a maturidade política de levar para aquela Casa quatro mulheres. Em dez Deputados, quatro são mulheres. *(Palmas.)* O Espírito Santo também vai dar a sua contribuição para uma política de gênero que beneficie diretamente as mulheres.

Para terminar, quero dizer que hoje fomos recebidos, num café da manhã, pelo Desembargador Pedro Feu Rosa, no TRE. Também o TRE do Espírito Santo sai na frente, mostrando o seu trabalho, a sua contribuição, além de já ter participado dos debates na Comissão de Reforma Política.

Aproveito para convidar os presentes para o Fórum Nacional de Reforma Eleitoral, a realizar-se nos dias 15, 16 e 17. Se todas as pessoas que estão aqui puderem participar, será muito importante, porque é desta forma que faremos ajustes na reforma política e eleitoral: ouvindo aquilo que a população tem de mais importante, a sua sugestão. A Bíblia é muito sábia. Diz que na multidão dos conselheiros é que nascem os grandes projetos.

Quero agradecer muitíssimo a presença enriquecedora de cada um dos senhores e senhoras que tiveram oportunidade de se manifestar e dizer que temos um *site* na Câmara que todos podem acessar. Os que não tiverem oportunidade de falar aqui podem mandar sugestões.

O Presidente da Comissão confeccionou um documento em relação a isso. Todos os Estados da Federação participam, encaminhando sugestões. E eu gostaria que o Espírito Santo colocasse sua digital nessa reforma política tão importante e sonhada. Com toda a certeza, não vai ser uma reforma política pessoal; vai ser uma reforma política popular.

É o que queremos; é o que desejamos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado William Dib) - Obrigada, Deputada Sueli Vidigal, e parabéns.

Quero dizer que, de propósito, não li os vinte eixos da reforma política, porque engessaria a discussão. Poderia não haver vontade de discutir outros temas. Vou ler agora, resumidamente.

O eixo central é o sistema eleitoral: financiamento da campanha partidária, processo eleitoral e propaganda eleitoral, instrumentos de democracia direta



(plebiscito, referendo, revogação, projeto de iniciativa popular), unificação das eleições, suplente de Senador e de Deputado, pesquisa eleitoral, tempo de mandato e reeleição, data de posse, voto obrigatório ou facultativo, cláusula de desempenho partidário (ou cláusula de barreira), abuso do poder político e econômico, federação de partidos, fusão e/ou criação de partidos.

Esses temas todos já foram discutidos. Faltam seis: candidatura avulsa, domicílio eleitoral e tempo de filiação partidária, fidelidade partidária, afastamento de Parlamentar para exercer cargo executivo e alteração da Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Esses são os 20 eixos.

Vai sair a reforma política? Essa é a grande pergunta. Acredito que vá. Até porque o povo está cansado desse processo, por causa do distanciamento do eleito e do eleitor e por causa dessa da interferência do poder econômico nas eleições.

Qual é o tempo para sair? Na minha opinião, não há problema de tempo para fazer essa reforma política. Ela precisa sair. E não pensamos que seja possível fazer essas 20 mudanças estruturais. É preciso fazer as mudanças para um sistema melhor que o atual. Isso é a procura do consenso.

Agora, quero tranquilizar os Vereadores e os Prefeitos. Dificilmente, mesmo sendo aprovada a reforma eleitoral no prazo, ela valerá para 2012. A reforma eleitoral será votada, na minha opinião, a tempo da eleição de 2012, mas terá um artigo segundo o qual passará a valer a partir de 2014. Poderá ter um artigo, isso, sim, se houver consenso em relação à coincidência de mandatos, estabelecendo que os eleitos em 2012 — Prefeitos e Vereadores — terão um mandato de 6 anos, não podendo os Prefeitos serem reeleitos, para haver coincidência de mandato, sem prorrogação, com Deputados e Vereadores.

O que temos de ter um mente é que há três grandes sistemas eleitorais em discussão. o sistema distrital, o sistema de lista fechada e o sistema apelidado de distritão, que acaba com o coeficiente eleitoral, acaba com o voto proporcional e o voto passa a ser majoritário em todas as instâncias, de Vereador a Deputado Federal.

Esses três sistemas têm prós e contras. Não existe — não vamos fantasiar — um sistema perfeito. Não há sistema perfeito. E também, pior do que isso, não há sistema que tenhamos condições de aprovar na Câmara por maioria absoluta.



Quem entende de legislação sabe que algumas mudanças propostas podem ser feitas por projeto de lei ordinária; outras, precisam de proposta de emenda à Constituição.

Na terça-feira, a mesma Comissão que está presidindo os trabalhos hoje, j com a Deputada Sueli Vidigal, tomará posse em uma nova Comissão, com autorização de fazer as reformas constitucionais necessárias. Por isso, eu digo que vai sair. Há pessoas que dizem que não vai sair, porque não podemos fazer PEC. Vamos fazer quantas forem necessárias e vão direto ao plenário. Não serão mais apreciadas por outras Comissões. Essa Comissão terá o poder de fazer a legislação final.

Agora, na procura do sistema ideal ou mais próximo do melhor, temos de deixar claro que a sociedade que tem de intervir. Se a sociedade não intervier, não poderemos imaginar que os políticos não irão fazer o melhor para as suas reeleições. Se queremos avançar, se queremos um sistema melhor para o País, se queremos um sistema mais justo, temos que sair do lugar, temos que nos mexer do mesmo jeito de quem acreditou que poderia fazer o Ficha Limpa fez. Ou os senhores acham que a classe política faria o Ficha Limpa sem pressão popular? Não faria. Não podemos mentir. O Ficha Limpa saiu por pressão popular, e ainda corre risco de não funcionar em 2012. Não acreditem que já está tudo certinho. Precisamos nos mobilizar. A sociedade como um todo tem que dar sua opinião e se mobilizar.

Eu não vim para aqui para dar minha opinião, insisto. Também não vim aqui para criticar sistema A, B ou C, nem os mistos. Na teoria, tenho que dizer aos senhores que só poderá ser aprovado por consenso algum tipo misto entre essas três grandes linhas de processo. Não se assustem se será lista com distrital, lista com distritão, distritão com distrital. Não se assustem! Teremos que achar um caminho melhor e que possa ser aprovado. Não podemos nos esquecer do nosso passado, porque duas propostas de reforma política já foram rejeitadas pelo Plenário. Então, precisamos apresentar uma reforma política possível. A obrigação é nossa. Mas se sociedade não se mobilizar, teremos dificuldades. A Câmara está fazendo o seu papel, ouvindo os Estados, ouvindo a comunidade, ouvindo o País



como um todo, está aberta a diálogo pela Internet, mas temos que nos mexer, temos que nos mover.

A sensação que temos é a de que os Deputados se acham mais importantes. Então, vou dar minha opinião pessoal: os verdadeiros políticos são os Prefeitos e os Vereadores. O resto é todo cereja do bolo. (*Palmas.*) Quem faz política neste País é Prefeito e Vereador, o resto é nada. Eu fui Prefeito e sei que fiz. Hoje, sou Deputado Federal e sei o que posso fazer. Mas política, diuturnamente, no bar, no restaurante, na funerária, no hospital, é Vereador. Quem vende almoço para comprar janta é Prefeito. Quem faz leis esdrúxulas e manda os Prefeitos se adaptarem a elas em dois ou três anos e pagarem a conta é Deputado. Todos abemos disso. Não pensem que vivemos em outro mundo. vivemos no mundo real. Queremos a reforma real. Se eu contar a minha, ninguém vai gostar. Isso é igual a escalar a seleção brasileira de futebol: cada um tem a sua.

Então, precisamos ceder. Precisamos entender que o Brasil precisa ir para frente. Vamos encontrar um sistema melhor, mas precisamos ousar e mudar.

A reeleição e o número de mandatos são incoerências. Vou dar um exemplo de incoerência. Eu fui candidato e foi reeleito — e eu sou contra a reeleição. Isso posso contar. Mas o povo acha bom a reeleição. Temos de falar o que o povo quer ou o que os políticos querem? Os políticos são contra a reeleição, mas o povo não se manifesta. O povo aplaude e reelege candidatos.

Precisamos aperfeiçoar o processo da reeleição. Será que é justo o candidato continuar no cargo? Será que é justo ele usar a máquina? Será que é justo tudo isso a que estamos assistindo? Não sei. Mas vamos tentar aperfeiçoar. Mais a reeleição é um instituto que a população é a favor.

Número de mandatos. Ora, quem foi Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, sabe que existe muita diferença entre o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto mandato. Vamos limitar ou será o povo quem vai limitar? Vamos tirar a experiência de quem pode tê-la contra o noviciado de quem precisa tê-la. Precisamos dos novos, mas será que não precisamos dos políticos com mais experiência? Será que podemos abrir mão de alguém com experiência? É o meu primeiro mandato, até a Deputada Sueli tem mais experiência que eu. Será que é a



lei que tem de dizer quantos mandatos uma pessoa pode ter no Legislativo ou é o povo? (*Palmas.*)

Por exemplo, se o voto for distrital, o povo tira; não precisamos nos preocupar se ele vai ter três, quatro mandatos. Temos fórmulas de corrigir as distorções, e não podemos fingir que não existem. Um Deputado que tem problema na região dele — trocou de mulher, casou com uma menina, fez todo tipo de besteira — vai para outra região, compra os votos e se elege. Não assistimos a isso? Assistimos. Isso está errado? Está. Podemos consertar? Podemos. Podemos consertar tudo ou, no mínimo, um pouco. No mínimo, temos de sair daqui e dizer que vamos fazer algo melhor do que está.

Não sei se dá para melhorar tudo. Eu gostaria de fazer toda a reforma política possível e imaginável e entregar um País bom, mas sei também que temos limitações. Precisamos do voto, da pressão dos Prefeitos, da pressão dos Vereadores, da pressão dos Deputados Estaduais — não pensem que aquela Casa não tem ressonância — e até do Poder Executivo. Os senhores acham que, se fizéssemos uma proposta de fim de reeleição, a Presidente ia permitir? Alguém acha isso? Não sejamos cínicos, não sejamos cínicos. Temos de ver a realidade. Sou contra, mas não vou propor o fim da reeleição. Isso é besteira, não vai avançar. Vamos fazer coisas possíveis.

Então, não quero que as senhoras e os senhores saiam daqui sem esperança. Temos de ter esperança — esperança de mudar, esperança de melhorar. Os senhores têm ótimos representantes na Câmara Federal; não têm bons representantes, têm ótimos representantes. E precisam participar mais, estar mais atentos, porque, se dormirem no ponto, eles farão uma reforma contra os senhores mesmos, reforma que pode ser contra mim também. Temos de fazer o melhor para o nosso País, e o melhor para o nosso País é uma reforma que esteja no coração e na mente de cada um, não na minha cabeça ou na cabeça da Deputada Sueli.

Temos que dividir essa responsabilidade e fazer com que o nosso País ande um pouco mais, seja mais transparente, mais justo e mais democrático.

Muito obrigado aos capixabas, especialmente às mulheres aqui presentes. Tenho certeza de que do relatório vai constar algo de especial para a mulher.



Podem ter certeza absoluta. Pode não ser o sonho de cada uma, mas será um avanço. Podem ter certeza disso. Nós vamos avançar. O quanto vamos avançar, vamos começar a descobrir no próximo dia 21, quando teremos o relatório preliminar. E acredito piamente que, até setembro, teremos um documento que vamos defender em nome do Brasil.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sueli Vidigal) - Falei do Vereador Auredir , mas não falei do Vereador Aldair, ambos Vereadores da cidade da Serra. Muito obrigada pela presença de todos.

Está encerrada a sessão. *(Palmas.)*